



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

IVANEA DOS SANTOS

**APONTAMENTOS E INTERFACES DA POLÍTICA DE INCLUSÃO
ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA.**

Cachoeira-BA

2019

IVANEA DOS SANTOS

**APONTAMENTOS E INTERFACES DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR NO
MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Georgina Gonçalves dos Santos

Cachoeira-BA

2019

IVANEA DOS SANTOS

APONTAMENTOS E INTERFACES DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR
NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA-BA.

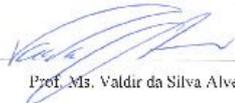
Banca Examinadora



Prof.ª Dr.ª Georgina Gonçalves dos Santos



Prof.ª Dr.ª Ilzamar Silva Pereira



Prof. Ms. Valdir da Silva Alves

Aprovado em 18 de dezembro de 2019

Cachoeira-BA
2019

A minha casa, a meus amigos e não amigos. As pessoas que vivenciam e lidam com essa realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, ele que mim concedeu vida, por ter mim dado forças, mim acalmando nos momentos difíceis sempre mim ajudando para que eu pudesse vencer, e venci.

Aos meus pais, Antônio Afonso e Maria Vanice que sempre mim ajudaram, aconselhando, orando, investindo financeiramente, passando dias aqui comigo, até que mim acostumassem.

Aos meus irmãos, sobrinhos cunhados e cunhadas, muito obrigada por sempre está disposto a ajudar, pelos momentos alegres, pelas visitas, pelo cuidado, preocupações.

Ao meu pastor, Luís Otávio e minha pastora Dagmar, presentes do Senhor na minha vida.

Luíza e Joalice e toda a família que não mediram esforços para mim ajudar, recebendo-me em suas casas. Muito obrigada, pelo cuidado. Deus abençoe.

A irmã Barbara, a irmã Flora, quem nos direcionou muitas vezes, disponibilizado o que tinham para nos ajudar.

As pessoas da minha linda cidade, Valença-BA.

A minha irmã Nildis que o meu Deus colocou para estar junto comigo nesta cidade, lutando juntas, se alegrando e levando para vida aprendizados.

As minhas amigas Cláudia, Kelly, Rose, Vanuza, Camila, que caminharam comigo desde do início da graduação, mim suportando, orientando, incentivando, dando alegria a estes momentos. Muitos trabalhos construímos juntas em meninas! Muito obrigada

Aos colegas, Elisama, Cândida, Marli, Tiago, Grase, Vas, Tati, Islane, Lucas, e demais, levarei boas lembranças de todos.

A todos os professores pela paciência, ensino, e dedicação.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Georgina Gonçalves por ter aceitado esse desafio, que tornou possível a conclusão deste lindo trabalho.

Enfim, muito obrigada a todos.

Deus abençoe.

O discípulo não está acima do seu mestre, mais todo aquele que for bem preparado será como o seu mestre.

Lucas 6:40

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso que se compreende em refletir e analisar a política de inclusão escolar em especial da pessoa com deficiência na escola. O acesso e permanência do aluno com deficiência na escola da rede pública ou privada é seguida por encantos, desafios e desencantos. O trato dos colegas, a atuação da equipe escolar, a condição de acessibilidade arquitetônica, tecnológica, influência a chegada e permanência desde aluno na escola. Com base nesta condição de desafios o trabalho objetivou conhecer o conjunto de leis, tratados, aporte teóricos da política de inclusão escolar e análise da realidade vivenciada por alunos em uma escola pública no município de Cachoeira-BA. Analisando sua infraestrutura, especialização e atuação dos professores e gestor, para com o desenvolvimento da política de inclusão escolar. O resultado da pesquisa mostrou-se significativa permitindo um conhecimento do real cenário da educação inclusiva e a forma como vem ocorrendo o acesso das pessoas com deficiência na escola pública. O trabalho foi enriquecedor constituindo mais um estudo neste campo e promovendo maior conhecimento da condição do acesso e permanência das pessoas com deficiência na rede de ensino regular.

Palavras Chaves: Serviço Social. Educação. Inclusão. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

Work of Conclusion of Course that is understood in reflecting and analyzing the policy of school inclusion in particular of the person with disability in the school. The access and permanence of students with disabilities in public and private schools is followed by challenges, charms and disenchantments. The treatment of colleagues, the performance of the school team, the condition of architectural and technological accessibility influences the arrival and permanence of the student in school. Based on this condition, the work aimed to know the set of laws, treaties, theoretical contributions and analysis of reality, experience and condition of a public school in the municipality of Cachoeira-BA. Analyzing its infrastructure, specialization and performance of teachers and manager for the development of inclusion policy in the school. The result of the research proved to be significant allowing a knowledge of the real scenario of inclusive education and the way in which the access of people with disabilities to public school has been occurring. The work was enriching, constituting one more study in this field and promoting greater knowledge of the condition of access and permanence of people with disabilities in the regular education network.

Keywords: Social Service. Education. Inclusion. Person with Disability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CME - Conselho Municipal de Educação

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PME - Plano Municipal de Educação

PNEE - Política Nacional de Educação Especial

SEC - Secretaria de Educação da Bahia

SEE - Secretaria Estadual de Educação

SME - Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL	13
2.1 Marco histórico do direito a educação para pessoas com deficiência no Brasil.	13
2.2 A política de educação inclusiva no estado da Bahia	17
2.3 Integração, Inclusão ou Segregação?	20
2.4 Dilemas do acesso e permanência no ensino regular.	24
3 REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
3.1 Afinal o que é inclusão?	27
3.2 Inclusão escolar desafios a pensar.	31
3.3 A educação como emancipação humana.	36
4 A PESQUISA.....	40
4.1 O contexto da pesquisa	40
4.2 Uma Pesquisa de campo realizada com professores e diretor numa escola da rede pública no município de Cachoeira-BA.	42
4.2.1 Método – Metodologia.....	42
4.2.2 Acesso, atuação, e visão dos professores e gestor escolar: Descrição dos dados coletados.	45
4.3 A importância dos pais, professores e instituição no processo inclusão escolar de pessoas com deficiência.....	49
4.4 Contribuições do Serviço Social	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
6 REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

O caminhar da pessoa com deficiência ao longo dos séculos foi marcado por extermínio, anonimato, exclusão, lutas e conquistas. A deficiência tendo ela um quadro visível (física, visual, múltipla) ou aparentemente invisível (intelectual) permite o indivíduo em maior parte dos casos ser visto com indiferença pela sociedade, retirando de si sua identidade, sua personalidade, seu eu, e passando a existir o deficiente, o mongoloide, o sem noção.

A visão estigmatizante da sociedade escraviza este indivíduo desde os primórdios do tempo, e como resposta um movimento de contestação a estas visões emergiu entre as décadas de sessenta e setenta do século XX. Podemos fazer menção a “Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação – Upias” fundada por dois sociólogos deficientes físicos que propuseram mostrar para a sociedade que este grupo possui voz, capacidade e autonomia (LIMA; GOMES, 2017, p. 4). Além desta, organizações de âmbito nacional e internacional pressionam a formulação de leis com o objetivo de dar visibilidade e reconhecimento a este público. Aos poucos os deficientes vão ganhando espaço de fala, sentimento de pertença, participação política e social.

Falar de inclusão escolar da pessoa com deficiência é pensar numa trajetória sofrida e que vem vivendo um processo de acesso e garantia de direito. O ensino para a pessoa com deficiência sofreu um caminho estigmatizado, discriminado, restrito, focalizado em que pais, educadores e parte da sociedade buscaram através de movimentos, conferências, assegurar a educação, como direito, visando seu desenvolvimento, promoção de cidadania, dignidade humana, e o acesso aos diferentes âmbitos da sociedade.

Estes direitos foram construídos gradativamente.

No Brasil temos um conjunto de leis que rege esta política, dentre estas se destaca a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB criada em 1996; a Lei nº 8.069/90 que traz o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; a Constituição Federal de 1988; o Plano Nacional de Educação – PNE; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Estes formam documentos que fundamenta o direito do acesso e permanência da pessoa com deficiência na escola pública.

Apesar dos avanços da política de inclusão de pessoas com deficiência na escola, o acesso e permanência não deixa de ser um desafio. Em concordância com Araújo (2006, p.

124) o processo de inclusão tem sido endógeno ao campo, ou seja, muitas vezes ocorre apenas no discurso, descontextualizados da situação que passa as escolas, a condição financeira, material, de acessibilidade arquitetônica, tecnológica, capacitação e condição dos salários dos professores que são principais pontos para se efetivar um desenvolvimento político, social, autônomo da pessoa com deficiência. Motta (1987) apud Araújo (2006, p. 129) afirma que muito raramente estes discursos têm uma preocupação com o desenvolvimento humano em si. Mais se firma num pensamento ideológico do Estado em busca de seus próprios interesses, da sua própria emancipação.

Com base na história de vida e caminhada estudantil da pessoa com deficiência, este trabalho tem como objetivo através dos três (3) capítulos seguindo da conclusão, discursar sobre a política de inclusão escolar, dando prioridade ao estudo do acesso e permanência de pessoas com deficiência na escola pública do ensino regular.

Este portará em seu capítulo dois (2), o histórico da política de educação inclusiva no Brasil, fazendo menção as primeiras instituições criadas para receber este indivíduo, e como se estendeu este campo ao longo dos anos. Fazendo menção ao estado da Bahia, onde se configurou trazer um estudo voltado para os dados do Plano Nacional de Educação (2018), seguidos por um breve contexto histórico. Vale salientar a reduzida quantidade de dados sobre a educação especial neste estado. Finalizamos esta seção fazendo referência aos dilemas para efetivação desta política.

Em concordância com Freire (2008, p.28) a educação tem um caráter permanente. Não existindo seres educados e não educados, todos estão sempre se educando. A educação é uma busca realizada pelo sujeito, sendo ele o principal promotor para sua efetivação.

Na condição de importância da educação para vida humana propôs-se no capítulo três (3) relatar a educação como emancipação do sujeito, definindo o princípio de inclusão e seu propósito para escola e para o aluno.

Para fechar a riqueza desta produção temos como finalização do trabalho, o capítulo quatro (4) e a conclusão. Este se compreende numa pesquisa semiestruturada realizada numa escola pública na cidade de Cachoeira-BA. O estudo se propôs através de entrevistas com professores e diretor analisar as condições de acessibilidade, desafios, visão de professores, sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência na escola. Os resultados da pesquisa se compreenderam em uma escola com grande porcentagem de alunos com deficiência, professores preocupados em ofertar um ensino emancipador numa estrutura pouco adequada, com ausência de uma equipe multidisciplinar e carência de um Estado disposto a lutar por esta causa.

Compreendo este capítulo como uma das partes significantes, fazendo relação de todo conteúdo teórico com a prática.

O capítulo, quatro (4) fomentou a atuação do Serviço Social no ambiente escolar, com seu olhar diferenciado, investigativo e intervencionista trabalhando através de sua especificidade com os demais profissionais da escola, no objetivo de fomentar um desenvolvimento, progresso político e de direito a este aluno, pais e conseqüentemente escola.

A conclusão se deu na análise total e visão do discente sobre o tema trabalhado.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

2.1 Marco histórico do direito a educação para pessoas com deficiência no Brasil.

As primeiras iniciativas de educação para pessoas com deficiência no Brasil surgiram no século XIX com iniciativas isoladas, favorecendo apenas uma pequena parcela deste grupo. Araújo (2006, p.130) destaca dois grandes momentos na história da educação para pessoas com deficiência, e os divide em dois períodos: o primeiro período entre os anos de 1854 a 1956 se caracterizava com iniciativas isoladas; e o 2º período – entre os anos de 1957 a 1993 com iniciativas de âmbito nacional. Apesar do autor apresentar estes dois momentos na história da educação para pessoas com deficiência, peço licença para no decorrer do texto propor apresentar um terceiro período, entre o final do século XX e início do século XXI.

Estes períodos vão marcar o campo da educação especial no Brasil, saindo de atuações isoladas – atuando em algumas instituições - e aos poucos migrando para um âmbito nacional, com quebra de paradigmas, formação de conceitos e ganhos de direitos significativos para esta população.

As duas primeiras instituições criadas no Brasil datam do século XIX. A primeira o Imperial Instituto de Meninos Cegos, de 1854, atualmente conhecida como Instituto Benjamin Constant - IBC e o Instituto dos Surdos Mudos, iniciada dois anos após, 1957 e hoje conhecida como Instituto Nacional da Educação dos Surdos, ambas deram início na cidade do Rio de Janeiro (ARAÚJO, p. 130).

Pensar a caminhada educacional de pessoas com deficiência é pensar em caminhos de desconstrução e construção, pois seu reconhecimento ao longo dos séculos por parte da sociedade, dos ditos “normais”, foi marcado por ignorância, descaso e exclusão. Baseando no contexto histórico deste indivíduo, em diferentes nações, pode-se analisar o tratamento, muitas das vezes bárbaro destinado a estas pessoas. Na Roma e Grécia Antiga esses indivíduos eram exterminados, jogadas em precipícios, encarcerados, confinados e afins. Na Idade Moderna, sob influência cristã, este pensamento passa a ter um novo viés, este indivíduo passa a ser visto como algo divino, semelhante a Deus e seu tratamento volta-se para um caráter solidário, assistencialista (ARAÚJO, 2006, p. 100).

Com tal trajetória a questão educacional neste tempo, era pouco pensada. Os períodos para incorporação da prática educacional é marcada pelo avanço da ciência. Reconhecendo a deficiência como caso de doença e trabalhando para seu tratamento. Neste momento começa a surgir o atendimento médico, baseado em práticas caritativas assistenciais e educativas (LIMA; GOMES 2017, p.4).

A educação para pessoas com deficiência no Brasil sofre influência de outros países. As primeiras instituições, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, de 1854, e o Instituto dos Surdos-Mudos 1857 foram fundadas por Dom Pedro II, sob ápice das nações vizinhas, Castro (1986, p.4) vai dizer que estas questões devem ser conhecidas.

Devemos deixar claro que como a maioria das políticas públicas voltadas às classes excluídas da sociedade brasileira teve influência estrangeira, em relação aos deficientes não foi diferente, já que tivemos uma grande influência das experiências europeias e dos Estados Unidos (CASTRO, 1986, p.4).

No início do século XX é criado o Instituto Pestalozzi - 1926 - instituição voltada ao atendimento de pessoas com deficiência mental. Em seguida, foi fundado o Primeiro Atendimento Educacional Especializado, ano de 1945 na Sociedade Pestalozzi, e criado a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE em 1954, essas instituições marcaram o avanço da educação especial no Brasil. (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2008, p. 6).

É importante destacar que conhecer o contexto histórico, político, social, cultural de cada instituição é de grande importância para que possa saber seus objetivos, metas e avanços para a sociedade.

A APAE, instituição com mais de 50 anos tem até os dias de hoje uma atuação destacada no Brasil. Fundada pelo casal norte-americano Beatrice Bemis e George Bemis, pais de uma pessoa com Síndrome de Down que não encontrava entidade que os acolhessem resolveu com o apoio de pais, médicos e amigos dá início à criação da organização para pessoas com deficiência denominando-a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (ENDUCERE XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015 p.2). Esta foi um marco no campo da educação por está voltada a trabalhar com pessoas com necessidade especiais.

É em 1961 sob a Lei nº 4.024/61 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que é outorgado o direito à educação aos “excepcionais”, dando preferência ao ensino regular. Ao longo do século XX ao século XXI vários foram os movimentos e

conferências postos para que pessoas com deficiência ocupasse lugar nos diferentes âmbitos da sociedade. O campo educacional é um destes espaços que tem como objetivo fortalecer o acesso do indivíduo aos diversos âmbitos sociais, desenvolvendo-o profissionalmente, criticamente e buscando exercitar suas capacidades e autonomia.

Infelizmente o tratamento destinado a pessoas com deficiência, seja ele no campo educacional ou não, ainda sofre um estigma que vem desde a Idade Média, (século XVI – XVII). Pessoas consideradas fora do padrão de normalidade são normalmente discriminadas, excluídas. Machado (2014, p.19) conta que entre os séculos XVII a XVIII as pessoas com deficiência eram reconhecidas como porta vozes do demônio, ou vítimas de castigo divino. Mas a marca, o estigma, não são apenas relatos do passado, ainda hoje a sociedade comporta uma segunda imagem das pessoas com deficiências.

Entretanto apesar de tais posicionamentos estigmatizante, familiares, mestres se posicionaram para que leis fossem construídas no propósito de dar voz, autonomia a esse grupo social.

A lei nº 5.692/71 altera a LDB de 1961 e define um "tratamento especial" para pessoas com deficiência, e para os que se encontravam em atraso quanto à idade regular de matrícula. Neste momento a política de educação especial ainda ocorre de forma isolada, assistencial e com acesso restrito. Dois anos após, em 1973 o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP é criado. Esse órgão é responsável pela gerencia da educação especial no Brasil, porém neste período não se desenvolve uma política pública de acesso universal a educação, permanecendo a concepção de políticas especiais para tratar a educação de estudantes com deficiência (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2008, p. 2).

É importante destacar aqui o conceito de educação especial. Que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996 a educação especial é uma modalidade da educação escolar que permeia todas as etapas dos níveis de ensino. Diferenciando-se de escola especial que se denomina como instituições filantrópicas, exemplo, a APAE que permite tomar a educação especial como parte integrante de seu ensino.

Com a Constituição Federal de 1988, uma nova perspectiva se abre para o campo educacional educação. Em seu artigo 205, o princípio da universalidade, garante a educação como um direito de todos, dever do Estado da família e da sociedade no objetivo do pleno desenvolvimento da pessoa humana, preparo para o mercado de trabalho, e formação cidadã. O artigo 206 inciso I e IV traz sobre a igualdade no acesso e permanência na escola e

gratuidade do ensino público. O artigo 208 inciso VII reforça o dever do Estado na garantia da educação em todas as etapas da educação básica fazendo menção a promoção de materiais didáticos, transporte, alimentação e assistência médica (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2008, p. 7).

Após a Constituição de 88 novos marcos legais são instituídos - a Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB que traz em seu artigo 3º, as diretrizes garantidores do direito educação buscando manter seu padrão de qualidade, gratuidade do ensino sob iguais formas de acesso e permanência. A Lei Federal nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, garante em seu artigo 53 o direito a educação, visando o pleno desenvolvimento, exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 ; LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990).

Mas não é apenas no Brasil que se apoiara os princípios legais deste novo ordenamento da política de inclusão. Vale também destacar o marco internacional na história da educação de pessoas com deficiência no Brasil - a Declaração de Salamanca, Espanha em 1994, traz como lema os Princípios, Política e Prática da Educação Especial com propósito apresentar a educação como um direito de todos, indo contra todo e qualquer ato de segregação e defendendo o princípio da inclusão. A Declaração também faz emergir a necessidade de se criar escolas adaptadas as necessidades dos alunos favorecendo seu desenvolvimento, autonomia, posicionamento crítico, e formação cidadã (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994; MEC)

Assim o início do século XXI o Brasil foi marcado por avanços no campo da educação especial e na garantia de direitos. Em 2002, a Portaria nº 2.678/02 o MEC outorga o projeto da Grafia Braille para Língua Portuguesa estabelecendo seu uso em todo o país, traçando diretrizes e normas para sua difusão, seu uso e seu ensino. No mesmo ano a Lei nº 10.436/02 a Língua Brasileira de Sinais – Libras determinada sua inclusão como disciplina nos cursos de fonoaudiologia e magistério (BRASIL, 2002). A saber, o quarto artigo desta lei.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente(BRASIL, 2002).

No ano de 2003 é a vez de ações para formação de gestores e professores. O Programa Educação Inclusiva buscou capacitar professores e gestores que deveriam atuar

transformando o contexto escolar a partir dos princípios da inclusão. O gestor e sua equipe deveriam buscar meios para criação de escolas acessíveis sendo o currículo escolar uma estratégia fundamental para isso. Este deveria atender e valorizar a diversidade de seus alunos, fortalecendo a relação com a família e comunidade.

Não é nossa intenção citar minuciosamente toda a legislação, decretos, princípios, diretrizes que contribuíram neste período para os avanços da política de educação para pessoas com deficiência. O importante mesmo é dar relevo a esse contexto histórico marcado avanços para este setor de nossa população. Relatar estes dados significa marcar capítulos de uma história para públicos futuros e atuais, porém prosseguiremos em conhecer dentro deste seguimento outros campos que marcam o campo educacional de pessoas com deficiência no Brasil.

2.2 A política de educação inclusiva no estado da Bahia

Para efetivação do acesso da pessoa com deficiência na escola no Brasil desafios foram postos. No estado da Bahia tal condição se deu tardiamente.

Assis (2016, p.2) afirma que os primeiros atos voltados para a educação na Bahia veio do período Jesuíta, porém com um acesso restrito.

A mobilização da sociedade civil repercutiu favoravelmente nas últimas décadas para a criação de um aparato que firmasse o acesso das pessoas com deficiência na escola, dando legitimidade ao ensino regular.

Segundo dados das Diretrizes da Educação Inclusiva no estado da Bahia (2017, p.13) a primeiras iniciativas da educação especial teve início no século XX, aproximadamente um século após as primeiras ações tomadas pelo império na criação de institutos voltados para cegos e surdos no Rio de Janeiro. Assim como em alguns estados do país a educação se formou com um caráter não governamental, baseado na filantropia e saindo de um modo restrito para o universal, ou seja, buscando proporcionar o acesso de todos à educação. As duas primeiras instituições criadas no estado datam da década de 30 e 50 (BAHIA, 2017, p.15).

Na Bahia, em meados do século XX, o contexto político-educacional não se diferenciava do quadro nacional apresentado: a então Educação Especial era

assumida por iniciativas não-governamentais, como o Instituto de Cegos (1933) e o Instituto de Motores Reabilitação de Deficientes (1956) (BAHIA, 2017, p.13).

Ao longo do século XX desafios foram postos na efetivação de direitos para este grupo social, um deste foi à implantação da lei nº 4.024/61 que trata sobre o direito a educação aos excepcionais. No ano de 1961 com a implantação da Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, a Secretaria de Educação da Bahia - SEC não consegue oficializar um atendimento especial voltado a estes indivíduos, foi somente em 1969 com iniciativas de professores dos Institutos instalados no Rio de Janeiro é fundada no estado a primeira escola (Escola Wilson Lins) com classes especiais para deficientes, em especial aos auditivos (BAHIA, 2017). É importante fazer menção que a SEC juntamente com o Conselho desenvolvem no século XX um papel principal na efetivação de políticas na área do desenvolvimento educacional no estado, estabelecendo instituições que influenciaram de maneira positiva na defesa de autonomia, ensino, inclusão no meio educacional, trabalhista, social, familiar e afins.

Como cita Silva (2019) o estado da Bahia se articulou no propósito de implantar uma educação baseada nos parâmetros defendidos nacional e internacionalmente. Ao longo do século XX iniciativas foram tomadas baseadas na Declaração de Salamanca – 1994, na Convenção da Guatemala 1999 que instituiu através do decreto nº 3956/2001 penalização contra qualquer forma de preconceito, desrespeito, aprovando a tomada de medidas com base nas leis para eliminar qualquer tipo de discriminação.

Tomar as medidas de caráter legislativo, social e educacional, trabalhista ou de qualquer natureza, que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade [...]. (GUATEMALA, 1999 apud BAHIA, 2017).

Na década de 90, anos pós Constituição de 88 a educação na Bahia assim como no Brasil passou a migrar de um caráter segregado, de normalização do sujeito, para um caráter universal, preocupado com a educação e inserção deste indivíduo nos diversos âmbitos sociais. Atitudes desenvolvem-se baseadas em promover a estimulação precoce do aluno, desde seus anos iniciais na escola, qualidade no ensino ofertado e inserção no mercado de trabalho.

A formação de professores com especialidade no campo da educação na área da surdez também regeu a linha de prioridades da educação na Bahia, em 2005 a SEC designou a escola Wilson Lins, antes a primeira escola especializada no atendimento de pessoas surdas na

Bahia, como Centro de Capacitação dos Profissionais de Educação e Atendimento às Pessoas Surdas – CAS/BA (SILVA, 2014, p.64).

Em 2008 com o propósito de colocar em prática o princípio da inclusão o estado da Bahia buscou estreitar os laços entre com municípios, Institutos de Ensino Superior e Organizações Não-Governamentais- OGNs criando a Rede de Educação Especial: Um Caminho para Inclusão. Esta estratégia apoiada no princípio de inclusão buscou facilitar a entrada e permanência de alunos com deficiência na escola pública e a capacitação de professores. Esta iniciativa inspirou a criação de Centros de apoio pedagógico nos municípios. Os centros de apoio criados nas cidades de Caetité, Ipiauí, Itabuna, Jequié e Santo Antônio de Jesus contribuíram para o fortalecimento das ações de acesso e permanência destes alunos nas instituições públicas de ensino (SILVA, 2019, p 64).

Segundo a análise dos Indicadores das Metas do Plano Nacional de Educação (2018), no acompanhamento do estado da Bahia entre os demais estados do nordeste analisou-se como vem ocorrendo o número de matrículas nas escolas de ensino regular dos nove estados nas modalidades de educação básica e de Jovens e Adultos – EJA na idade de 4 a 17 anos. Os dados da pesquisa baseados no Ministério da Educação - MEC e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2018) propõe até o ano de 2024:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia do sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (MEC- INEP, (2018) apud, ANÁLISE DOS INDICADORES DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018, p. 34).

Analisando os dados quando a educação básica na modalidade Educação Especial inclusiva nos anos de 2010, o estado da Bahia se encontra no 5º (quinto) lugar quanto a matrícula de pessoas com deficiência na escola, com percentual de 80,8%. Estando o estado de Sergipe em 1º (primeiro) com 83,6% e o estado do Piauí ocupando a última posição, 9º (nono) lugar com 76,7%. Com relação ao tipo de deficiência, a intelectual ocupa a primeira posição na Bahia com 55, 874 casos.

Com base nas Notas Estatísticas do Censo Escolar 2018 (INEP, 2019), apud Silva (2019), o número de matrículas no ensino regular no país, entre os anos de 2014 e 2018 obteram um avanço significativo, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018. Com base em alguns autores a progressão nos números de matrículas está entrelaçado a

perpetuação e divulgação de informação quanto ao direito ao acesso a escola, a politização da população, a perda de ignorância por parte dos familiares quanto o reconhecimento de seus filhos, parentes, amigos, conhecidos, com deficiência estarem frequentando a escola. Obtendo o conhecimento do conjunto de leis que lhes assegura a entrada e permanência neste meio.

Apesar do número de matrículas ter obtido avanços nos últimos anos, um dado a se preocupar é a condição de recursos (materiais, humano, pedagógicos), de infraestrutura das escolas, para receber estes alunos. Segundo Notas Estatísticas do Censo Escolar 2018 (INEP, 2019) apud Silva (2019) os banheiros, bibliotecas, laboratórios de ciências não atingem 60% das escolas de ensino fundamental no Brasil.

Tanto a Bahia quanto todo o território nacional a política de educação inclusiva na modalidade educação especial vem seguida de avanços, porém com necessidades de estarem sendo reparadas constantemente. Com mudanças de cargos públicos e descaso por alguns gestores nos diversos âmbitos dessa política, faz-se necessário que a população se agrupe junto às instituições, conselhos, fóruns para que alunos desfrute do que vem sendo outorgado em leis.

2.3 Integração, Inclusão ou Segregação?

Maior parte das escolas presentes hoje no Brasil tem vivido um processo de evasão, currículos frágeis, má infraestrutura, faltam transporte, materiais didáticos para receber e atender crianças, jovens e adultos com e sem deficiência. De acordo com a legislação, o acesso à escola para pessoas com deficiência tornou-se um princípio democrático de direito, em que todos podem acessá-la e dela fazer parte. Logo, baseado em todos os princípios, leis e diretrizes a escola deve estar preparada para atender a diversidade de alunos nela inserida.

Pensar nos três princípios: integração, inclusão e segregação é nos questionar como na prática o acesso e permanência desse aluno vem ocorrendo.

Araújo (2006, p. 121) faz menção ao conceito de integração como, o acesso do aluno deficiente a classe de ensino regular, junto aos demais alunos ditos “normais”, de forma que este se adapte a forma de ensino prestada na classe em que está inserido, caso não haja uma

adaptação ou este aluno não apresente um desenvolvimento é selecionado os que não progrediram e transferido para educação especial¹.

O princípio da integração escolar está ligada ao princípio da “normalização”. Este princípio estabelece que o indivíduo venha ter os mesmos direitos que uma pessoa considerada normal, permitindo uma mudança no campo de visão da família, da escola, dos postos de trabalho da sociedade contra qualquer tipo de preconceito ou segregação, aceitando e respeitando cada um de acordo com suas particularidades (SILVA 2009). Ou seja, normatizar o indivíduo.

Mantoan (2006, p.18) relata que o conceito de integração surgiu na década 1960 em vários países da Europa dos Estados Unidos e tinha como questionamento a segregação vivida a estes indivíduos no meio social, escolar, na família.

Baseado em alguns autores, Silva (2009) vai dizer que todos os indivíduos se desenvolvem numa mesma sequência independente das dificuldades que apresentam, com um ambiente propício a este desenvolvimento.

A integração, [...] psicológica-educacional - (Bayliss, 1995, citado por Bairrão, 1998), fundamentou-se em pressupostos, segundo os quais todos os indivíduos se desenvolvem através da mesma sequência de estágios, independentemente das dificuldades que apresentem, dependendo o seu desenvolvimento dos mesmos factores necessários a todas as pessoas: “ambiente precoce rico, estimulante e abundante (Hunt), ambiente de aprendizagem activo, incluindo uma forte ênfase na prática e participação a partir dos primeiros anos e daí em diante (Piaget e Bruner)” (Sprinthall & Sprinthall, 1993: 570 apud SILVA, 2009).

Porém com o passar dos anos viu-se que este princípio de adaptação ao modo de ensino dos ditos normais estava mais segregando alunos com deficiência que realmente tornando-os inclusos, é a partir dessa dinâmica que surge o princípio da inclusão.

A inclusão escolar bastante difundida atualmente diz-se de toda uma reforma no espaço escolar, englobando grades curriculares, aprimoramento da equipe pedagógica através da realização de políticas e programas, estabelecendo acesso tecnológico, arquitetônico de forma que alunos não venham encontrar barreiras para sua permanência na escola.

¹ Educação Especial. A Educação Especial é um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino, com o objetivo de transferir alunos de escolas especiais para escolas regulares. (BRASIL, 1994, apud Araújo, 2014). Podendo ser mais explorado através do site <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_09_08_2014_15_45_19_idinscrito_2988_f5153cae31c28d285837e50c87102e69.pdf>.

Em concordância com Muniz, Muniz e Viana (2018) a inclusão ocorre na transformação da educação (atuação do professor, do gestor, pais, comunidade e equipe) de forma que elimine meios que venha acarretar o não progresso do aluno.

A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente ao da integração de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para apoiar a integração de alunos com deficiência na escola comum. Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas (BRASIL, 2005, p.7 apud MUNIZ; MUNIZ; VIANA, 2018 p. 5).

Ou seja, formar uma escola que atenda a diversidade de alunos, onde o mesmo se torna foco das ações desenvolvidas na escola.

Araújo (2006, p.123) estabelece uma diferença de ideias defendidas por autores como Fuchs e Fuchs (1998) apud Mendes (2002) apud Araújo (2006) que trazem distintos pontos de vista, sobre tais conceitos, declarando-se: integracionista, aqueles que defendem a necessidade de uma “seleção” de alunos com deficiência para inserir no ensino regular, participando e realizando das mesmas atividades que os subnormais. Os inclusionistas, que pautam numa escola de ensino regular que se adapte as necessidades dos alunos, e os inclusionistas totais, que possui um lema mais revolucionário, defendendo que pessoas com deficiência devem está inseridas na escola sem suporte para sua intermediação.

Alguns autores relatam que tal pensamento revolucionário pode acarretar o não avanço da classe, pois existem diferentes tipos de deficiências que podem se revelar em maior ou menor grau, podendo os professores não responder a todos os alunos de maneira uniforme, viver um processo de não desenvolvimento ou ocorrência da evasão.

A segregação além de surgir pautado no princípio de integração, pode aparecer de forma implícita e sutil sobre as condições educacionais. Criar leis de acesso de todos à escola, propõe-se criar também meios de acesso e permanência deste aluno em sala de aula. Com base nos dados do IBGE de 2010 o número de matrículas de pessoas com deficiência no contexto brasileiro de ensino regular tem aumentado nos últimos anos. Porém é constate os depoimentos de gestores, professores, alunos quanto às negligências e a falta de condições financeiras, estruturais e materiais das escolas em ofertar uma educação de qualidade.

O despreparo das escolas pode repercutir em consequências na vida do aluno, algumas destas são: o não desenvolvimento político-cultural, a não migração de uma série para outra, a evasão escolar, o desconforto e descontentamento do aluno em estar frequentando a escola, a

migração do ensino regular para a educação especial, que também pode ocorrer devido o professor não o receber ou não estar hábil pedagogicamente para lhe ensinar.

Em concordância com os conceitos de Mantoan (2006, p. 16), que tece sobre criticar algumas ações no meio educacional que acabam repercutindo negativamente o processo da inclusão. Trazemos sua referência.

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, [...] os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe (MANTOAN, 2006, p. 16).

É importante refletirmos este ponto de vista, pois posicionamentos e atitudes como estas reverberam no cotidiano de escolas hoje.

Pensar também que essa questão ocorre pela posição tomada pelo Estado, que sob teses neoliberais, busca satisfazer as condições do grande capital, estando envolvido em maior grau com o sistema econômico que com as questões do social.

A inclusão só dá passos para sua efetivação quando governantes, gestores, professores, pais, alunos estão realmente dispostos a vencer as barreiras que surgirem, e traçar planos para avanços educacionais. O gestor delinear meios para que a escola com princípio inclusivo forme cidadãos, desenvolvidos e capacitados para realizar boas ações ante a sociedade. O professor estar interessado em traçar planos de aula que abranja todos os alunos, independentemente de suas diferenças, valorizando a diversidade e trabalhando junto à equipe multidisciplinar de assistentes sociais, fonoaudiólogos, pais e comunidade. Aos alunos ditamos que, a convivência pode formar cidadãos de bom caráter.

Incluir alunos com deficiência na escola desde seus primeiros anos iniciais - educação infantil – é quebrar paradigmas de preconceito, espanto, segregação por parte dos colegas e equipe escolar, pois a relação entre eles poderá favorecer a construção de um indivíduo que haja futuramente com respeito, compreensão, com um trato diferenciado para com as demais pessoas que aparentar algum tipo de deficiência. Assim os alunos se tornam coparticipantes do processo de inclusão. Os pais também são responsáveis neste processo, pois desenvolverá um papel de mediador entre a escola e aluno, o aluno e a escola, estreitando os vínculos para com a equipe escolar e contribuindo para avanço educacional de seu filho.

Mantoan (2006, p. 42) estabelece que seja preciso que o grupo escolar se desvincule de alguns conceitos, visão, posicionamentos, que agrida o indivíduo repercutindo na sua exclusão. Descrevendo que o processo de segregação ocorre quando:

Quando há um arrepio de cabelo ao caminhar para escola; [...] Quando ninguém deixa de ir a um passeio, exceto seu filho. [...] Quando há “as crianças da inclusão”. [...] Quando há a professora da inclusão [...] (MANTOAN, 2006, p. 42).

Pode-se analisar que quando há a ocorrência de tal prática o que vigora é a presença de um discurso ideológico em muitos dos casos pelo sistema escolar ou pelo Estado, principais responsáveis pela efetivação de políticas, criação de escolas e parâmetros voltados para valorizar a diversidade humana.

A Inclusão não significa apenas a realização da matrícula numa classe de ensino regular, mais a efetivação da permanência, de forma que haja um acompanhando para com este indivíduo, analisando o seu real desenvolvimento, desempenho nos diferentes ângulos trabalhados.

A Política Nacional de Educação Especial (PNEE), na Perspectiva de Educação Inclusiva traça um panorama fazendo menção a um conjunto de decretos, leis, diretrizes que marcam o processo de inclusão entre o século XX ao século XXI. Estas configuram respostas a pais, comunidade, movimentos sociais, médicos que marcaram defesa, na inserção e não segregação do indivíduo com deficiência na vida educacional, profissional, familiar e afins.

Entretanto atualmente naturalizaram-se discursos e promessas, embasadas em leis em favor da construção de meios que elimine barreiras de inclusão e segregação para com pessoas com deficiência. Estas em âmbito escolar, urbanista, profissional. O que é interessante saber é que, muitos que datam com tal discurso não possuem relação, nem lidam na prática com pessoas com deficiência, nem almejam progresso para este grupo. Estes em maior parte dos casos estão procurando reconhecimento público ou exercer cargos que deem visibilidades ou benefícios a si próprios.

Pensar a educação não segregada e sim inclusiva é buscar meios de fortalecer conhecimentos, conhecer direitos, reivindicar condições educacionais de acordo as necessidades do aluno, do professor, da escola.

2.4 Dilemas do acesso e permanência no ensino regular.

Em análise a Constituição Federal de 1988 em seus artigos 205, 206 (inciso I); a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB artigo 3 (inciso I); o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - em seu artigo 53 – definem a educação como um direito de todos, dever do Estado da família e a garantia do acesso e permanência do educando na escola. Um dos grandes desafios apontados hoje por autores é colocar em prática o que vem sendo outorgado por estas leis. Este é um dos desafios que vem acompanhado por demais fatores visíveis e invisíveis no âmbito escolar.

Ignorância dos pais em não acreditar no desenvolvimento do filho em acessar a escola; a conformidade dos professores na prática do ensino; os processos seletivos e de comunicação; a não atuação do Estado em por em prática políticas e programas de formação continuada e de incentivo aos professores, os baixos salários dos educadores, escolas desprovidas de materiais fazem parte desse ramo.

Se fizermos análise ao conjunto legislativo veremos um comprometimento com matérias didáticas, transportes, alimentação, melhoria na qualidade do ensino, garantia de um padrão de qualidade. Porém, maior parte dos pais, alunos, professores desconhecem tais direitos não reivindicam e vivenciam descredito no desenvolvimento do filho e aluno. Muniz, Muniz & Viana (2018. p. 9) reconhece também como um dos desafios, o preconceito para com o aluno com deficiência ainda enraizado na sociedade. Este acaba levando-o a sofrer uma baixa- estima, vergonha, perda de desejo de ir à escola, podendo acarretar novos problemas de saúde, como a depressão, ansiedades, pânico, síndromes etc.

Percebe-se que um dos principais obstáculos observados para a inclusão das crianças com deficiência no Ensino Regular permanece sendo o preconceito e a falta de informação, visto que muitas pessoas não acreditam que possa haver uma Educação Inclusiva, com concepções equivocadas acerca da capacidade dessas crianças (MUNIZ; MUNIZ & VIANA, 2018. P. 9).

As formas do ensino colocado por professores em sala de aula o nível de formação para lidar com crianças com deficiência, também repercute na permanência do aluno, em contraposição vale dizer que não adianta o educador ter formação específica para trabalhar em sala, com um público que necessite de um ensino diferenciado a suas especificidades e não coloca-la em prática, ou seja, se conformar com as formas conservadoras de ensino e não buscar algo inovador e de maior qualidade para seu aluno.

É necessário também elencarmos aqui pausadamente fatores que interfere no acesso do aluno a escola, sabendo que para que o indivíduo adentre a sala de aula primeiro ele tem

que enfrentar todo um obstáculo para chegar até ela. Assim destacamos alguns principais influenciadores da entrada ao ambiente escolar. Um deles é a acessibilidade comunicacional, que dita do provimento de sinalização, comunicação sonora, comunicação em Braille, em Língua de Sinais e demais conjuntos de fatores que provê a circulação do aluno deficiente no ambiente escolar. Sazzaki (2005, p 23) citado por Santos (2013, p. 181) vai categorizar o conceito de acessibilidade em alguns aspectos.

Acessibilidade Comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual, etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille [...]) e na comunicação virtual (acessibilidade digital) (SANTOS 2013, p. 181).

A arquitetura que traz em si toda a estrutura física da escola; elevadores, sistema de luz, rampas de acesso, banheiros acessíveis permitindo que estes aluno possam migrar de um local para outro sem dificuldades. A tecnologia solicitada principalmente nas classes de educação especial, como computadores, programas específicos para especificidades dos alunos, materiais didáticos ligados a tecnologia, facilitando assim o aprendizado do aluno.

Segundo Muniz, Muniz e Viana (2018) o Atendimento Educacional Especializado - AEE desenvolve um papel voltado a organizar recursos que promova a acessibilidade. Onde estes alunos podem obtê-la como uma segunda porta de ensino.

O AEE é pertencente a uma modalidade da Educação Inclusiva, caracterizando-se como sendo um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, levando em consideração suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum (MEC, 2009 apud MUNIZ, MUNIZ & VIANA 2018. p. 11).

O professor, educador é um dos principais canais para que as evasões não venham ocorrer, porém sofre muitas vezes com o descredito da sociedade, com o não incentivo do governo, falta de recursos materiais para colocar em pratica os planos traçados para sala de aula.

A escola inclusiva traz desafios a toda equipe escolar, desafios de ensinar, de formar um cidadão emancipado com espírito de avançar e crescer. Vários são os dispositivos legais que estão letrados para que uma educação venha ser bem efetivada. Ainda existe hoje professores, gestores, pais comprometidos em fornecer uma educação de qualidade, que forme indivíduos com capacidades plausíveis, com objetivo de colocar em pratica, ideias, projetos que emancipem professores, alunos e escolas.

3 REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 *Afinal o que é inclusão?*

O termo inclusão vem do latim “includere” que significa compreender, fazer parte, participar, inserir, acrescentar, integrar. Na perspectiva educacional, social, trabalhista este conceito mantém sua integralidade com significado traçado dentro destes campos.

Este conceito vem sendo bastante debatido na sociedade contemporânea, em campos diversificados. Alguns autores como Mantoan (2006), Fumegalli (2012), Freire (2008) seguido pelo conjunto de leis subordinado a este indivíduo, trazem o conceito de inclusão no âmbito escolar como o acesso de todos à escola independente de deficiência, cor, religião, gênero, de forma que o centro educacional venha propor meios que lidem e deem respostas a essas diferenças.

Camargo (2017) referencia a inclusão escolar fundamentando-a na concepção dos direitos humanos, sendo um direito social básico onde o estado pode intervir de forma a aprimorar este sistema.

A inclusão escolar tem sido vista como uma provocação e um desafio às escolas, exigindo uma mudança em seus paradigmas gerais, e reformulação do seu fazer e da sua atuação. Esse processo por ser complexo exige um tempo maior para ser implantado, se intitulado aos poucos com uma atuação baseada em obter boas respostas após aplicadas (MANTOAN 2006, p. 20).

Araújo (2006) e Mantoan (2006, p. 20) citando Forest² fazem menção ao processo de inclusão como um caleidoscópio³.

² Marsha Snyderman Forest - Apud Mantoan (2006) cita-a como educadora canadense militante na defesa da inclusão.

³ Caleidoscópio - Instrumento óptico de formato cilíndrico.

O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retiram pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado (MANTOAN 2006, p.20).

Para que a inclusão ocorra de forma rica, que proporcione real desenvolvimento no aluno é necessário mudanças atitudinais, abolição de condições que permitam sua segregação. A educação inclusiva deve afastar da escola atitudes preconceituosas e se fundamentar em dar resposta positivas e formar cidadãos.

O incluir significa trazer o aluno com deficiência a está frequentando a escola de ensino regular com aparatos que atenda às suas necessidades. Esta forma de ensino nem sempre foi proposto, dantes o espaço destinado à educação destas pessoas eram as escolas especiais. Hoje as escolas especiais ainda existem, porém com uma perspectiva secundária de atendimento. Ou seja, o aluno tem o direito de frequentar o ensino regular e ter a escola especial como um complemento deste ensino.

A escola especial desenvolve um papel relevante na forma de garantir a este indivíduo um auxílio na aprendizagem, nestes locais o aluno recebe um Atendimento Educacional Especializado⁴, que tem a função de ensinar segundas atividades, como a Língua de Sinais – Libras, o Código Braille e afins. Apesar de existirem alunos matriculados apenas nessa forma de ensino (escola especial) não se pode considerá-la como única, pois a mesma agrega uma forma de ensino diferenciada com número maior de pessoas com deficiência (FUMEGALLI, 2012, p 13-14). Assim o aprender na diversidade junto a um público sem deficiência, tendo acesso a um novo diálogo, a uma coletividade na realização de atividades, ficaria totalmente escasso.

A escola deste século deve está equipada a dar resposta ao cenário de mudanças e avanços da sociedade, formando cidadãos para lhe dá com o emaranhado que é o viver social.

A escola do século XXI deve proporcionar a formação para a complexidade do sistema do mundo atual, o que implica mudanças de atitudes no sentido de maior abertura de horizontes, de tolerância, de solidariedade, de cooperação, de valorização da dignidade humana, atitudes que a escola, deve ser a grande guardiã e mãe ensinadora (MALHEIRO, 2010, p.22 apud GARRIDO, 2016, p.13).

⁴ Atendimento Educacional Especializado - Complemento oferecido pela educação especializada com um ensino que se difere parcialmente com os conteúdos dados nas sala de aula comum: alfabetização, matemática, ciências etc., mas ao ensino de recursos, linguagem, uso de equipamentos, códigos que sirvam para os alunos enfrentarem as barreiras que suas deficiências impõem à aprendizagem nas salas de aula das escolas comuns: código Braille, Língua Brasileira de Sinais (Libras), língua portuguesa como segunda língua para surdos etc., (extraído de: Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos? FUMEGALLI, 2012).

É necessário a sociedade afirmar e apoiar ainda mais essa diversidade no campo educacional, de forma a garantir igualdade de direitos, valorização do ser humano e emancipação nos demais âmbitos societários.

A inclusão não deve ser para a escola uma imposição, mais um modo de pensar (GARRIDO, 2016, p 20). Quando a inclusão torna-se uma prática em a equipe escolar reconhece sua necessidade, seu contexto histórico, seus ganhos para todo corpo que o envolve ele deixa de ser algo obrigado, chato e passa a ser desejada, almejada.

Em concordância com Mantoan (2006, p.47).

O ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam déficits intelectuais e problemas de aprendizagem é uma solução que não corresponde aos princípios inclusivos [...]. A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender [...]. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados (MANTOAN 2006, p.47).

Segundo a escritora o ensino diferenciado ofertado de forma individual não promove a inclusão. Há mais o ato de segregar que de incluir. Outra situação é a condição de conhecer o aluno apenas por sua nota, ou atribuir-lhe uma nota acima do alcançado, para apenas se ver livre deste aluno, não mostrando seu real aprendizado ou fazendo com que o mesmo avance de série sem conhecimento.

A inclusão educacional também fornece a este indivíduo um acesso aos demais âmbitos da sociedade, um deles é o meio digital, pois esse aluno pode através da escola aprender utilizar os meios de tecnologia (realização de exames, cursos online), no social, pois a convivência na escola possibilitará a perda de medos, ansios e vergonhas, e no setor trabalhista, onde por meio dos estudos pode garantir com maior facilidade sua inserção.

Falar de inclusão escolar é falar de quebra de preconceito, de perda de visões deturpadas que geram afastamento, de respeito ao próximo, solidariedade, conscientização e compromisso para com estas pessoas.

O movimento da escola inclusiva vem com o propósito de mudança na cultura escolar, cultura essa baseada numa escola tradicional, conservadora, voltada para um público dito normal. As atitudes conservadoras com cita Fumegalli (2012, p. 23), dita-se de uma atuação baseada em práticas onde não há um diálogo entre grupo de alunos, não possibilita uma participação mais efetiva dos estudantes na escola, seguida por ensinamentos baseados em gravação de períodos e conceitos.

A política de educação inclusiva surge com um fim, com objetivos pautados num modelo de educação que promova cidadania, desenvolvimento desse sujeito e acesso a um modelo de educação que dantes não lhe era permitido. Nesta, todo o público envolvido, professores, gestores, alunos, pais, comunidade está sujeito a um amadurecimento, a uma nova forma de pensar e agir.

Cabe destacar aqui os benefícios que a relação escola versus comunidade pode contribuir para o processo de inclusão na vida educacional e social. Onde tanto o aluno pode estar atuando na comunidade, (desenvolvendo trabalhos em associações, grupos musicais, igrejas), como a comunidade pode estar adentrando os muros da escola (participando de projetos expostos por estes alunos, trabalhando na apresentação de atividades desenvolvidas por grupos de moradores). Promovendo assim um estreitamento de vínculos, formação de aprendizado, construção de posicionamentos positivos entre pessoas com deficiência e as consideradas normais.

Em concordância com Silva e Carvalho (2017, p.9), sobre o processo escolar.

Para efetivação do processo de inclusão escolar, não se deve apenas pensar nos recursos e estratégias a serem utilizados, é necessário ter um olhar mais amplo, um olhar para a estrutura externa do ambiente educacional, como também para o interior da instituição, observando a forma como este aluno chega à escola e como este adentra o prédio (SILVA E CARVALHO 2017, p. 9).

Não faz sentido a pessoa com deficiência desfrutar de uma inclusão apenas dentro da escola (CAMARGO, 2017, p.1). É necessário, para que de fato se realize se atravesse os muros da escola, toque em pessoas que não estejam neste espaço, e gere mudanças positivas em suas ações.

Trazer a pessoa com deficiência a está convivendo nestes espaços educacional, social é quebrar velhos estigmas e etiquetas que levam a exclusão.

O artigo 3º da Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente cita quanto aos direitos inerentes a este grupo na sociedade.

As pessoas com deficiência têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a sua origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica antes de tudo, no direito de desfrutar uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. (ONU, 1975, apud SILVA e SILVA, 2017-2018 p.8).

Este artigo nos traz a dimensão dos direitos demandados a este público. Onde para que tais reconhecimentos viesse ser conhecidos hoje e a pessoa com deficiência obtivesse

visibilidade na sociedade, vários foram os movimentos colocados em pauta, porém não se pode estagnar, este grupo de pessoas ainda tem muito a que conquistar.

3.2 Inclusão escolar desafios a pensar.

Mudanças que estão sendo implementadas em sistemas públicos e particulares de ensino visando à inclusão continuam, na maioria das vezes, entendendo a inclusão a partir de marcos teóricos que não conseguem superar os preconceitos igualitaristas e universalistas da Modernidade (MONTANO, 2008, p.32).

Os sistemas escolares baseados nos marcos históricos, legislativos construídos para legitimar a cidadania da pessoa com deficiência junto a campanhas de divulgação para quebra de preconceitos não devem focar apenas na parte subjetiva dialética de conteúdos em sala de aula para efetivar a permanência deste aluno na instituição. Trabalhos construídos junto à equipe escolar, atitudes educativas, atividades práticas junto aos demais alunos, são metas para dar realza ao princípio inclusivista.

O tema deste tópico “inclusão escolar desafios a pensar” é analisar como a inclusão vem sendo colocada na prática e como estes estudantes vem sendo recebidos nestas escolas.

Ao longo dos estudos, analisando referências e depoimentos de pais e colegas pude analisar a rejeição por parte de escolas em matricular crianças com deficiência, alegando a ausência de vagas. É um ato que, em pleno avanço traçado pela política educacional ainda exista atitudes grosseiras se perpetuando no mundo de hoje.

As condições socioeconômicas também permeiam a promoção do acesso e permanência do aluno na escola. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais - SIS divulgado pelo IBGE (2019)⁵ o Brasil vive hoje um nível de pobreza de 13,5 milhões de miseráveis, pontuando com maior grau na região Norte e Nordeste. A família que possui criança ou adolescente com deficiência e vive em locais distantes dos grandes centros ou longe das instituições de ensino e que não possuem transporte para realizar o deslocamento infelizmente estão sujeitas a uma maior dificuldade para acessar o espaço educacional.

Baseado no contexto histórico, político a educação se predominou baseado numa concepção elitista sem oferecer uma atenção especial às pessoas com deficiência

⁵ Dado colhido do site Veja. <<https://veja.abril.com.br/economia/brasil-alcanca-recorde-de-135-milhoes-de-miseraveis-aponta-ibge/>>.

(FUMEGALLI, 2012). Marcando assim um contexto de exclusão aos de condições econômica menos favorecida. Fumegalli vai dizer que.

A Educação Especial que irá surgir ao longo dos tempos retrata a concepção e a visão da deficiência própria de cada momento histórico, político e social, onde muitas vezes o que predominava era a educação elitista sendo que poucas instituições ofereciam atendimento aos deficientes revelando assim a pouca preocupação com sua educação e com o nível de segregação a que estavam submetidos (FUMEGALLI, 2012, p. 8-9).

Garrido (2016) também traz a condição econômica como influenciador do acesso a escola, durante seu contexto histórico, fazendo menção a importância, a quebra desse conceito e a defesa da inclusão.

A escola no percurso histórico se caracterizou como uma educação seletiva em que grupos minoritários tinham privilégios. Entretanto, sabemos que a escola pode ter um papel fundamental na construção de valores que auxiliam os membros da sociedade em geral a pautar sua vida pessoal e coletiva no respeito pelas diferenças, provocadoras de exclusão, criando condições para que na prática cotidiana haja principalmente mais tolerância, ajudando assim, os alunos a levarem em consideração os pontos de vista do outro. A educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (GARRIDO, 2016, p.16).

Maior parte do percurso educacional do aluno é acompanhada pelos pais ou responsáveis, que agregam um importante papel no avanço deste, favorecendo a adaptação na escola, perca de medos, familiarização com professores e colegas. A participação dos pais e responsáveis é essencial neste processo, porém ainda há a existência de alguns percalços quanto sua ajuda neste campo, pois muitos não incentivam a ida do filho a escola, não acreditam no seu desenvolvimento, não querem efetivar a matrícula por considerar que a criança irá ser um peso para o professor, e muitos ainda por desconhecem o direito que este sujeito tem de está inserido numa escola de ensino regular com um atendimento educacional especializado.

Outro ponto é a escola responsabilizar o aluno pelo seu não avanço, não reconhecendo ou fingindo não entender suas dificuldades (interpretar o assunto, dificuldade na fala, não ter condições para compra de certos materiais, etc..) agindo de forma a não dar muito valor a este aluno.

Silva e Carvalho (2017, p.11) citando alguns autores faz menção que algumas escolas que agregam o princípio da inclusão, não se importam em ter uma instituição preparada, professores especializados, efetivar a implantação do Atendimento educacional especializado, mostrando pouco afim de receber esta criança ou adolescente.

A sociedade muitas vezes ainda se aloca em um discurso inclusivo, que na prática não condiz com suas falas. Assim o encargo da quebra de preconceito e inclusão fica para a escola, porém quando o aluno sai deste espaço vive olhares de desrespeito e falta de tolerância por parte da sociedade. Este posicionamento precisa ser revisto pela sociedade, já que o aluno se desenvolve dentro da escola pra viver uma vida neste contexto social. Quando isso não acontece, quando não se ver apoio fora da escola o sujeito acaba se retraindo, dando prioridade a sua casa. E o processo de inclusão desenvolvido na escola acaba por não possuído nenhum ganho.

Como cita Mantoan alguns professores do atendimento educacional especializado defendem a tese de que alunos com deficiência devem participar apenas do ensino nestes locais.

Os professores especializados, por sua vez, são de opinião de que o ensino escolar especializado é o ideal para alunos com deficiência e que só alguns casos (os menos problemáticos) poderiam frequentar as salas de aula de ensino regular, nas escolas comuns (MANTOAN, p 37).

Pensar nesta dimensão é não imaginar o conjunto de benéficos trazidos a este aluno quando inserido na escola regular de ensino, as condições que favorecem o aprendizado e crescimento deste aluno. É pensar sobre uma ótica integradora.

Em concordância com Garrido (2016, p.17).

De fato, todos devem fazer parte, do Sistema Educacional inclusivo onde deve ser proibida a práticas discriminatórias para que se garanta igualdade de oportunidades. Discriminação que, muitas vezes, acontece em condutas veladas que frustram e que negam ou restringem o direito de acesso a um direito que é de todos (GARRIDO 2016, p.17).

Este princípio de acesso, de participação está assegurando por leis, como uma forma de trazer a pessoa com deficiência que sofreu por um longo período da história com práticas segregadoras, a estar junto aos ditos normais, expressando seus posicionamentos, colocando ante a sociedade seus conjuntos de ideias, concretizando seu papel como cidadão receptor de direitos.

Respeitar a pessoa com deficiência é um dos primeiros passos para incluir estas pessoas na vida escolar e conseqüentemente social. É de saber que os olhares, o estigma, oprime, machuca impõe neste indivíduo marcas geradoras de morte, ainda estando vivos. É necessário refletir, rever posicionamentos e atuar conforme a emancipar, dar visibilidade e quebra de pensamentos pejorativos a este indivíduo.

Como ressalta Silva e Silva (2018, p.14).

Acreditamos que é por esse tipo de educação que lutamos – da valorização do sujeito, pois não queremos sucumbir a um tipo de escola que concebe o conhecimento como algo estanque e utilitário, que nega a capacidade de aprender e de refletir dos alunos, independentemente de sua condição física, sensorial, intelectual, social ou econômica, mas uma escola que se assume enquanto lugar da diversidade humana em que, a valorização da vida ultrapassa qualquer forma de exclusão (SILVA E SILVA, 2018, p.14).

A condição de infraestrutura da escola, a disponibilidade de materiais para uso dos professores influencia na qualidade de ensino ofertada a este aluno. Assim a escola que segue os parâmetros a política de inclusão, deve junto ao gestor; o gestor junto às secretarias; as secretarias junto ao estado e município, agrupar a escola de acordo as necessidades do aluno. Disponibilizar do serviço de atendimento especializado; parcerias entre os professores, professores do AEE possuem uma ligação com os professores da rede comum, de forma a se preocupar com o avanço do discente.

Rotular este estudante também é um ato que leva a exclusão. Reconhece-lo pela deficiência que carrega são atos reconhecidos também como bullying, podendo gerar outras complicações como agressões entre colegas, isolamento, tristeza, dificuldade de desenvolvimento e afins.

Mantoan (2008) cita em seu livro “O desafio das diferenças nas escolas” uma questão relevante que é a questão da identidade construída por este indivíduo ao longo da jornada escolar. A menção de que os alunos se diferem, e cada um possui uma forma de aprender que deve ser instigada pelos pais e professores criando assim neste sujeito uma identidade que é sua, que ele se identifica e se sente bem com ela.

Formamos pessoas para que elas se identifiquem a algum tipo, modelo, herói, padrão? Ou a formamos para que possam se recriar constantemente e não sejam presas a um modelo de identidade que lhes é atribuída e que deve ser conservada por toda vista e por todo custo? (MANTOAM, 2008, p.11).

É normal a criança crescer, inspirada em um amigo engraçado, inteligente, educado, porém fazer essa criança descobrir que pode, aos poucos se tornar algo que ela mesmo propôs, criou dentro de si, baseado em seus aprendizados tanto na sala de aula como fora dela, se torna essencial.

Silva e Panarotto (2014, p.6) citando Pacheco (2007, p.106) traz a importância de antes a efetivação da matrícula o aluno e pais conheçam a escola, os professores, a equipe de apoio caso a escola tenha. Está ciente onde esses serviços são oferecidos (AEE) caso a escola

não o disponibilize, dando prioridade aos locais mais próximos de sua localidade. Conhecer a escola antes de adentrar este espaço é evitar evasões, familiarizar pais, mostrando seu papel na criação de políticas e nas tomadas de decisão, permitindo que o aluno se habitue num período menor de tempo.

Para que haja um ensino de qualidade o professor, um dos principais provedor da educação precisa ser incentivado, capacitado, ter salários que os motivem a estar em sala de aula. O tempo também se torna um agente relevante, pois este é necessário para preparação das aulas com qualidade. Fumegalli (2012, p. 28) ressalta sobre a criação de oportunidades para a formação de professores com especialidade no campo da inclusão, dando ênfase a um investimento no campo educação infantil. Esta principal provedora de um aluno capacitado e desenvolvido futuramente.

A visão do não desenvolvimento do aluno com deficiência no ensino regular é uma descrença que não deve ser agregada apenas aos pais, ainda existem professores e gestores, que não dão credibilidade a este desenvolvimento. Por isso, não os influencia a está participando ativamente de atividades na escola, não cria meios para que este aluno venha aprender, construir posicionamentos, os excluem em sala de aula, voltando-se apenas para os discentes sem deficiência.

A inserção do aluno com deficiência na escola regular demanda um apoio, um aprimoramento do sistema de ensino e um constante aperfeiçoamento por parte da equipe escolar.(REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008,p.55).

A construção de uma cultura social que respeite os direitos humanos, o direito da pessoa com deficiência, pôde formar uma base para efetivação da inclusão. Ter uma escola com aportes capaz de oferecer uma educação de qualidade respeitando as diferenças é um desafio que precisa ser efetivado no campo educacional com a ajuda sociedade (REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008,p.55).

Para isso é necessário.

Construir uma cultura de valorização da diversidade [...] tomada de decisão, coragem e compromisso. Coragem de enfrentar “verdades cristalizadas” e grupos politicamente, edificados sobre o processo de segregação escolar e social da pessoa com deficiência. (REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008, p.55).

Há a necessidade de fortalecer parcerias, enfrentar grupos que se dizem politicamente corretos, trazendo um compromisso com a área de atuação e com os sujeitos envolvidos neste campo de ensino.

3.3 A educação como emancipação humana.

O conhecimento liberta, forma o cidadão e o desenvolve politicamente.

A escola tem um importante papel na formação do homem, construindo um caráter, uma história, uma vida social.

A escola não é a única responsável por transformar a sociedade, pois é inscrita para manter uma ordem econômica, social e de dominação por parte de uma elite. Esta se classifica como um lugar de aprendizagem, ensino e trabalho. (SCHRAM E CARVALHO, p.3).

Como um espaço democrático a escola se forma através de diferentes atores (aluno, educador, comunidade) onde expressa situações do dia a dia, experiências, histórias ouvidas e vividas, elementos que regem o mundo e se configuram no modelo ensino-aprendizagem (PRADO e TESCAROLO, 2007, p.4). Permitindo a criação de um ensino prazeroso, não cansativo, e favorecendo que este estudante crie interesse em estar buscando novos conhecimentos.

A educação se tornou primordial no ingresso a determinados locais na sociedade. Cada vez mais tem se cobrado um conhecimento maior por parte das pessoas para executar atividades profissionais ou realizar serviços considerados básicos do dia a dia. A educação também é defendida como principal recurso de mudança das classes pauperizadas, defendendo-a como um meio de progredir politicamente, subjetivamente e adentrar numa condição econômica mais estável.

A educação é um direito que contribui não só no desenvolvimento de um indivíduo, mais também no desenvolvimento da nação, pois oferta subsídios teóricos e práticos que dão norte a concepção de sujeitos críticos e formadores de opinião. De acordo com Freire citado por Prado e Tescarolo (2007, p.4), a educação é ato de amor e coragem, sustentada no diálogo, na discussão e no debate, propondo um olhar para os saberes dos homens e mulheres. Assim a educação possui um potencial transformador na formação do ser humano, tornando-os sujeitos mais conscientes de seu papel no mundo, influenciando a sociedade, a partir do momento em que os alunos assimilam as influências colocadas no ambiente escolar.

A educação não se refere a uma questão de subsistência e sim impulsionadora da humanidade, civilizando o homem através de seus aspectos, transformando suas ações, seus comportamentos seus hábitos, dentre outros (LIBÂNEO, 1998b, p. 4-5 apud OLIVEIRA; VIANA; BOVETO; SARACHE, 2013, p.10).

A escola como espaço essencial de produção do conhecimento na sociedade, deve estabelecer propostas e desenvolvimento de ações políticas que venham contribuir na preparação do aluno para a vida numa sociedade técnico-científica-informacional, proporcionando meios de desenvolvimento capacidades cognitivas e operativas. (LIBÂNEO, 1998b, p. 4-5 apud OLIVEIRA; VIANA; BOVETO; SARACHE, 2013, p.10). Ou seja, ajudar os alunos nas competências do pensar autônomo, crítico e criativo; a formação para a cidadania crítica e participativa e a formação ética.

Schram e Carvalho (2014, p.7) nos faz refletir como as condições de luta de classe presente na sociedade acabam proporcionando violência, injustiça, dor e repercussão no ambiente escolar.

A sociedade é contraditória e, portanto apresenta nela própria, situações de opressão, reflexo de atos de injustiça marcado pelas desigualdades sociais, próprios da sociedade capitalista, já que existe aquele que oprime e aquele que é oprimido, gerando um contexto de violência. Violência que se percebe também no contexto escolar. Seja pelos conflitos da sociedade excludente, injusta e desigual, seja pelo discurso autoritário, ou mesmo pela permissividade (SCHRAM E CARVALHO 2014, p.7).

As marcas implantadas pelo sistema capitalista geram um sistema movido pelas injustiças e como consequência o surgimento das repressões. Repressões essas que pode estar nos diferentes âmbitos da sociedade.

A educação é algo que se constrói no ambiente escolar, porém não deixa de fazer parte de outros espaços, como em casa, junto à comunidade, associações, grupos religiosos, de amigos etc. Nos locais em que a educação é requisitada forma-se indivíduos éticos, pensantes, educados, e afins.

A escola tem um importante papel na produção de conhecimento, tendo o ensino básico como uma das fases mais importantes para formação de caráter, absorção do conhecimento, realização de indagações e etc. A educação como conhecimento configura uma ascensão humana. Porém é necessário saber que cada ser humano é portador e transmissor de conhecimento, expressado através de sua vivência, do seu trabalho. Estes conhecimentos podem se diferir, porém exercem uma importante função na formação cidadã e do caráter humano (OLIVEIRA; VIANA; BOVETO; SARACHE, 2013, p.10).

Eyng (2007) citado por Schram e Carvalho (2014, p. 9) reflete a complexidade que a educação está alocada, fazendo menção a dois diferentes campos de estágios. O primeiro o autor traz como o conhecimento “dependente do contexto”, expresso no cotidiano, para solucionar problemas de diferentes ordens da vida, exigindo uma resposta rápida por parte do indivíduo, como pagar ou não uma conta bancária, ir ou não a uma festa, organizar uma viagem de férias e afins. O segundo se constitui como “conhecimento teórico”, aquele construído na escola, baseados em disciplinas como a filosofia, física, sociologia e etc. Este conhecimento é denominado pelo autor como poderoso, pois possui em si uma universalidade.

A educação tem seu seguimento baseado nas lutas de classe, assim para formar uma educação considerada cidadã, torna-se necessário um investimento em sua condição (TONET, 2006, p.18). Permitindo a formação de um indivíduo reflexivo, crítico, com atitudes baseadas na moral na ética, capacitando a realizar uma atividade profissional.

A educação é também expressa como um ato de liberdade, formando-se através da relação dos educadores, colegas e alunos em sala de aula. Ela é expressa por Prado e Tescarolo (2007, p.10) como.

As dimensões política e pedagógica possibilitam a construção de uma proposta pedagógica que forme para a liberdade, para o “ser-mais”. Busca as condições necessárias para que todo o processo seja dialógico, promotor do cidadão e pronunciador do mundo novo. Ela contribui para a libertação do oprimido e o elege como promotor da liberdade do outro, inclusive do opressor (PRADO e TESCAROLO 2007, p.10).

A cláusula da liberdade é que o sujeito que aprende, tem em si o poder de ensinar outros. Tirá-los de seu recanto sombrio, passando a conhecer o mundo, aquilo que os cerca e que está sobreposto a ele, conhecendo leis, movimentos históricos, a promoção de direitos; civis, políticos e sociais, a construção da cidadania e etc. Assim este agora poderá indagar dar respostas e ensinar outros.

O papel da escola na promoção da educação e emancipação do sujeito é traçar reflexões crítica permitir que todos independente do gênero, religião, cor, condição econômica tenha este acesso garantido à educação construindo gradativamente um sujeito.

Segundo Paulo Freire em seu livro “Educação e Mudança” (1979, p.28). A educação pode ser expressada tanto através da teoria como através do aprendizado na vida cotidiana.

A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação mais eles não são absolutos. O homem por ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta

[...]. Se num grupo de camponeses conversamos sobre colheitas, devemos ficar atentos para a possibilidade de eles saberem muito mais que nós[...]. O saber se faz através de uma superação constante. O saber superado já é uma ignorância (FREIRE, 1979, p. 28).

O saber não está alocado apenas a um grupo de pessoas, todos a possui, porém de forma diferenciada.

Em concordância com Eynng (2007) citado por Schram e Carvalho (2014) o conhecimento se formula através das relações entre os seres, com suas vivências, sempre buscando critica-la. Porém para obter este conhecimento e realizar esta ação é necessário que o sujeito faça uma relação, da sua maneira de viver à forma subjetiva, dialética das teóricas.

Exercer a pratica educacional é estar em constante diálogo, tornando este um dos principais fatores para realização desta ação. Prado e Tescarolo (2007 p.5) citando Freire (2006) vai dizer que a educação humanizadora se dá no diálogo sendo ele uma atitude de quem ama. Trazendo-o como uma pratica fundamentada no amor, na humildade, crendo no indivíduo que está se propulsando a aprender.

O diálogo verdadeiro exige um pensar verdadeiro e crítico, não aceitando a dicotomia mundo-pessoas. O pensar verdadeiro exige pensar uma relação de solidariedade. A solidariedade exige que quem se solidariza “assuma” a situação de com quem se solidarizou. Por isso, é uma atitude radical (FREIRE 2006 p. 94 apud PRADO E TESCAROLO 2007, p.5).

A educação como emancipação humana traz um desenvolvimento tanto para o indivíduo como para escola e país em que está inserido, promovendo um desenvolvimento social, econômico, diminuição da violência, da pobreza, aumentando o acesso nos diversos âmbitos sociais, trabalhistas, favorecendo reconhecimento de direitos e emancipação humana.

4 A PESQUISA

4.1 O contexto da pesquisa

Nós, seres humanos estamos em constantes análise, busca de interpretação, questionamentos daquilo que nos cerca ou que nos toca, gerando-nos inquietude. Tal atitude é mais intensa em uns que em outros.

A interpretação a determinado objeto, aos fenômenos da vida humana, suas relações sociais, são alguns dos campos de análise de uma pesquisa. Estudar a vida humana se compreende a base da pesquisa qualitativa conhecida também como interpretacionista. Esta se firma no conceito de que o ser humano não é passivo mais vive em constante interpretação do mundo e das coisas que o cerca (OLIVEIRA, 2009, p. 3).

O tipo de abordagem utilizado para realização da pesquisa foi de cunho qualitativo, pois buscou analisar através de entrevistas, elencadas à gama de produções teóricas, a atuação e desafios vivido pelo profissional (gestor e professor) de uma determinada escola pública, de ensino regular no município de Cachoeira-BA. A escolha do município se deu pela análise que a discente já havia realizando quando escolheu o tema a ser trabalhado.

Conceituando essa linha de pesquisa, os teóricos interpretacionistas consideram que o ser humano é diferente dos objetos, por isso ver a necessidade de se analisar suas relações. Assim para realização desse estudo é necessário à utilização de métodos de pesquisa que analise as diferenças existentes; como se propaga, como interfere na vida do ser humano etc.

Segundo Godoy (1995, p.2) os métodos de pesquisa, que também podem ser conhecidos como caminhos para realização da pesquisa, se dividem em três campos que são: o etnográfico, a pesquisa documental e o estudo de caso. Cada um desses seguimentos porta dentro dele uma segunda classificação.

Para a base da pesquisa que fundará o projeto, nos aportaremos do Estudo de Caso, com a realização de entrevistas semiestruturadas. Analisando a situação, unidade, visão dos sujeitos envolvidos e dimensões que se apresenta. Segundo Oliveira (2009, p. 5) citando Lüdke e André (1986, p. 18), esse método de pesquisa se compreende como o estudo de um único caso, ou seja, a análise de uma situação singular e particular visando a descoberta,

interpretação do contexto, retratando a realidade, as possíveis diferenças e conflitos entre os pontos de vista da situação pesquisada.

A entrevista no estudo de caso é uma forma de obtenção de dados de maneira simples e rápida que tem uma função enriquecedora para o tema pesquisado. O pesquisador pode esquematizar questões, que ao longo da aplicação da entrevista pode alargar-se, e permitir um maior conhecimento do campo pesquisado.

Oliveira (2009, p.12) citando Moreira (2002, p. 54), resume que a entrevista é algo tranquilo a se realizar. É definindo como uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito já definido em mente para se alcançar. Assim o pesquisador vai a campo portando dos materiais necessários a execução da entrevista: gravador, termos para confirmação de disponibilidade em participar da entrevista, as entrevistas empresas, caneta, caderno e afins.

A entrevista semiestruturada é um tipo de classificação de entrevista, que deixa tanto o pesquisador como o entrevistado livre ao diálogo, de forma que este não fuja da proposta da pesquisa. Boni e Quaresma (2005, p.8) a define como questões abertas e fechadas que discorrerá sobre o tema proposto. Os principais benefícios dessa pesquisa são uma maior captação de dados, as pessoas que tem dificuldade de escrever ou analfabetas podem participar, já que existe a possibilidade de gravação das falas, sendo outro benefício a correção ou a possibilidade de refazer a pergunta caso o entrevistado não entenda.

Como abordado a pesquisa se configurou numa abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas que foi realizada numa escola pública no município de Cachoeira Bahia. A cidade localizada no as margens do Rio Paraguaçu, se destaca como o status de "Cidade Monumento Nacional" e "Cidade Heroica" pelo Decreto nº 68.045, de 13 de janeiro de 1971⁶.

Como reguladores da educação no município, tem-se os órgãos de nível Federal, o Ministério da Educação (MEC); de nível Estadual, a Secretária Estadual de Educação (SEE); a Secretária Municipal de Educação (SME), o Conselho Municipal de Educação (CME), e o Plano Municipal de Educação (PME) que somando a demais órgãos constitui o campo educacional no município.

Referendando o PME em sua meta quatro (4) sobre o direito a educação para pessoas com deficiência.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de

⁶ Disponível em Wikipédia.< [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_\(Bahia\)>](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_(Bahia)>).

sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) CACHOEIRA-BA, 2015, p.41).

O Plano Municipal de Educação é um importante documento que traça como deve ser a educação no município, estabelecendo desde os recursos financeiros a valorização dos profissionais, fazendo uma análise da situação da educacional na cidade.

4.2 Uma Pesquisa de campo realizada com professores e diretor numa escola da rede pública no município de Cachoeira-BA.

4.2.1 Método – Metodologia

A escola é um espaço de construção de conhecimento, formação da moral e de princípios éticos. Parte da identidade do ser humano e o do conhecimento de mundo são adquiridos na escola. É na escola que se expõe dúvidas, expectativas, inseguranças e perspectivas sobre questões futuras (BORSA 2007, p.1).

Borsa (2007, p.4) citando Faleiros (1995) menciona que a escola junto com a família constitui uma instituição social que influencia de forma significativa no desenvolvimento do caráter do aluno. Atuando nos processos de socialização, atitudes de individuação, no desenvolvimento das relações afetivas, competência comunicativa, habilidades e afins.

Discutir o ambiente escolar, a atuação dos educadores, a presença dos pais, a atuação do gestor (a) é de suma importância para efetivação do acesso permanência e desenvolvimento do aluno na escola. Foi baseada nesta atuação juntamente com os direitos positivados na constituição, da criação de um arsenal de leis, dos tratados internacionais que se motivou delinear um estudo baseado em como vem ocorrendo à inclusão de pessoas com deficiência na escola, especialmente da rede pública de ensino.

Neste tópico procurarei fazer menção ao desfecho da pesquisa, em como foi realizada, deste do primeiro levantamento de dado, até o reconhecimento da escola, do aluno, do responsável pela direção escolar e a aplicação das entrevistas.

Como menciona Mantoan (2006, p.44) é necessário recriar um modelo educacional novo para efetivação da inclusão. As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças

desenvolvem tais atitudes. O ensino que ministram difere de práticas restritas, enviesadas e passam a pensar na diversidade, no propósito de atender os educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma. Os currículos passam por adaptações, as atividades e programas são facilitados, para que as aprendizagens sejam reforçadas, e alcance maiores quantidades de alunados.

Para análise do caso estudado foi proposto a realização de uma pesquisa de campo, a cidade escolhida foi o município de Cachoeira Bahia, por ser também uma localidade onde está presente a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB com o propósito de trabalhar junto a uma comunidade escolar desta região. Assim buscou-se entre os meses de setembro, outubro e novembro reconhecer através da secretária de educação os alunos que se enquadravam dentro do propósito da pesquisa e em que escola da rede pública estavam matriculados.

O objetivo da pesquisa foi conhecer a condição em que se encontrava a escola nos quesitos de infraestrutura, recursos humanos, tecnológicos as dificuldades para atender o aluno que apresenta algum tipo de deficiência, promovendo a sua inclusão. Analisando a condição de disponibilidade de um segundo atendimento (o atendimento educacional especializado), a participação dos pais e especialidade e visão dos professores para trabalhar com estes educandos.

Num primeiro momento foi realizado junto a secretaria de educação o reconhecimento de escolas no município que possuíssem alunos com deficiência. Como método de escolha foi analisado a que estava mais próximo do centro da cidade por questões de facilidade do acesso e que atendesse uma das etapas da educação básica, a educação fundamental.

A partir dos dados coletados na secretaria de educação foi escolhida a escola para realização da pesquisa, esta, está situada na zona urbana da cidade e será nominada como o nome fictício “Escola Democrática”. Possui duzentos e sessenta e oito (268) alunos matriculados, sendo que sessenta e quatro (64) possui deficiência do tipo, tetraplegia, Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e dislexia.

O termo deficiência é reconhecido como toda perda ou anormalidade das funções psicológicas, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para realização de atividades consideradas normais para o ser humano (BOLONHINI JUNIOR 2010, p. 3 apud SANTOS; GUSMÃO, 2013, p. 4).

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU o conceito de deficiência está baseado numa linha de evolução entre a pessoa com deficiência e as barreiras que se encontram no dia a dia para participar da vida em sociedade. Quanto maior forem os

obstáculos enfrentados, de arquitetura, no meio digital, nas atitudes, mais deficiente ficará uma pessoa, não levando em consideração o tipo de deficiência (FERREIRA; OLIVEIRA, 2007, apud SANTOS; GUSMÃO, 2013, p. 4).

Para aplicação das entrevistas buscou-se os professores (as) e o gestor (a) da unidade escolar. Considerando a importância destes dentro do âmbito escolar. O professor, com seu conjunto de competências e experiências tornando-se um dos principais mentores da inclusão. E o gestor que possui a função de promover o desenvolvimento do quadro escolar, buscando mudanças para quebra de barreiras, efetivação de políticas, aplicação de projetos, fortalecimento de parcerias, busca de qualificações para os profissionais que fazem parte da escola.

Mantoan (2006, p.28-29) cita a importância do fazer diferenciado do educador em sala de aula.

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais. É inegável que as ferramentas estão aí, para que as mudanças aconteçam e para que reinventemos a escola, “desconstruindo” a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais ela se fundamenta, os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta (MANTOAN, 2006, p.28-29).

A coragem do profissional se destaca em seu fazer, em sua atuação.

A coleta de dados buscou ser feita através de três etapas.

Etapa 1 (um): Reconhecimento da escola; dialogar com diretor (a) e vice diretor (a) sobre a proposta de trabalho e realização da pesquisa, ouvi-los sobre a condição da disponibilidade em aceitar a realização da pesquisa.

Etapa 2 (dois): Após a declaração de aceite da escola e do diretor em colaborar com o processo investigado, analisar os dias possíveis para realização das entrevistas. Ouve-se a preocupação da realização das entrevistas no início do mês de novembro, já que se caminhava para a reta final do ano letivo e início dos testes e provas.

Etapa 3 (três): Reconhecer os professores, que participariam da pesquisa. Analisar quais se enquadravam dentro do ramo proposto (professores que lecionam crianças com algum tipo de deficiência).

Participaram da pesquisa (3) três educadores e o diretor (a) escolar. Todos os educadores possuíam formação em magistério, duas (2) com o curso de pedagogia, e 1 (uma)

no quarto período do curso (pedagogia). Ambas possuíam entre quinze (15) e vinte e cinco (25) anos de profissão.

A escolha dos entrevistados se deu pela própria direção escolar. As entrevistas foram realizadas em uma sala com a presença apenas do pesquisador e da pessoa entrevistada. Cada entrevistado recebeu (3) três fichas. A primeira (1º) denominando termo de consentimento esclarecido, confirmando através da assinatura sua disposição em estar colaborando com a pesquisa. A segunda (2º), a apresentação do sigilo dos dados, (houve-se a garantia no sigilo dos nomes dos entrevistados). Assim sua identificação na pesquisa receberá nomes fictícios, baseados em nomes de flores, que são elas: Rosa, Margarida e Azaléia. E a terceira (3º) se compreendeu nas perguntas da entrevista, onde o mesmo visualizou o número e as questões propostas para entrevista.

Foi permitido o centro de ensino junto ao pesquisador a escolha do nome fictício para escola, denominado “Escola Democrática”. E o nome fictício para o diretor (a) nominando-o como “Mestre x”.

4.2.2 Acesso, atuação, e visão dos professores e gestor escolar: Descrição dos dados coletados.

Como mencionando, participaram da entrevista três (3) professores e o diretor (a) escolar. Os professores serão mencionados ao longo do texto por seus nomes fictícios Margarida, Azaléia e Rosa. E o diretor (a) pelo nome Mestre X.

Todos os educadores residem na cidade de Cachoeira Bahia e exercem uma carga horária de quarenta horas semanais (40h), ou seja, trabalham pelos dois turnos, manhã e tarde. Ambos possuem em sala crianças com idade entre os seis (6) e doze (12) anos. Tanto professor (a) e o gestor (a) se declararam como negro, pardo e preto.

Gostaria de trazer aqui o apressado mostrado por esses profissionais quanto ao encanto e desencanto por esta profissão.

– Rosa: *O que mim encanta é a descoberta na aprendizagem, acompanhar o desenvolvimento de cada criança.*

– Azaléia: *Gosto de levar o que eu aprendi, no propósito de transformar vidas. Porque a educação transforma vidas.*

– Margarida: *O que mim desencanta é o comportamento das crianças, muitos não levam a sério a vida escolar.*

Estar inserido em uma área profissional onde se tem amor e dedicação aquilo que se realiza influencia positivamente nos resultados obtidos. E o campo da educação solicita tal ação.

O educador que trabalha quarenta horas semanais, apesar da disponibilidade de um período para realização do planejamento da aula vê-se muitas vezes prensado para aplicação de uma aula qualificada. Ao abordar a primeira entrevistada (Azaléia) a mesma questionou:

Quanto tempo durará a entrevista? Estou aplicando atividade para o teste e não posso demorar. Trabalho quarenta horas semanais, não tenho muito tempo.

Foi esperado o término da aplicação da atividade. Após, os alunos ficaram com a auxiliar de sala e a mesma concedeu a entrevista.

O cotidiano da vida escolar demanda a este professor um pensar na sua atividade desenvolvida em sala. As criatividades, a preparação do conteúdo, muitas vezes acabam sendo deixado pelo cansaço e exaustão. Realizar uma prática eficaz, inovadora exige tempo, cuidado e incentivo para com este, e deste professor.

Quando perguntado sobre as dificuldades encontradas para trabalhar com este aluno em sala de aula, as entrevistadas apontaram como principais à disposição dos alunos em realizar as atividades em sala, o não acompanhamento dos pais, e o reconhecimento da deficiência por parte do responsável e não procurar meios para ajudar no desenvolvimento da criança.

– Rosa: *A principal dificuldade é os responsáveis saberem do problema e não levar para um profissional da área. Deixando tudo a cargo do professor.*

– Azaléia: *Nem sempre querem realizar as atividades. Um (1) deles apenas copia, não responde só ver e copia. O segundo (2) Não faz muita coisa, apenas pinta, quando sente vontade.*

– Margarida: *Eles têm dificuldade de concentração. As atividades quando mandadas para casa não são respondidas. Os pais não os acompanham na realização da tarefa.*

Procurou-se saber a opinião dos educadores quanto a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Qual seu ponto de vista sobre a questão.

– Margarida: *Não estão preparadas para está ali, junto às demais crianças, que possui um conhecimento mais avançado. Não conseguem acompanhar e acabam dispersando os demais. Deveriam ser colocados numa sala a par, com outros*

profissionais que lhe explicassem a importância de estar em uma sala de ensino regular, a importância de aprender o que lhe é ensinado.

– Azaléia: Apoio, pois incentiva os que possuem deficiência. Se frequentassem uma escola apenas com pessoas com a mesma condição física tornaria difícil seu desenvolvimento e aprendizado.

– Mestre x: Sabemos que é preciso inclui-los, mais é preocupante porque não temos em nossos espaços escolares profissionais adequados para atendê-los, fazemos o que é possível dentro de nossos limites.

Em concordância com Rodrigues (2008, p.15) a educação inclusiva não visa acabar com as diferenças, mas mantê-las vivas, permitindo que o aluno confronte outros pontos de vista e realidades, permitindo que a educação não venha ser levada a um empobrecimento.

Quanto à condição de preparação da escola (acessibilidade, banheiros adequados) para receber este aluno, tanto os professores quanto o gestor escolar notou-se a indisponibilidade de tais condições. Afirmando não está preparada, mais mesmo assim conseguem atender os alunos com Dislexia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) já que não demandam muito do quesito infraestrutura. Caso tivesse que atender alunos com deficiência visual, auditiva, física, mental não teria como.

A condição de capacitação por parte do professor em cursos, capacitações, oficinas, que aprimore sua atuação em sala de aula, apenas um entrevistado informou nunca ter realizado, porém acha importante ter este conhecimento.

– Rosa: Sim, estou fazendo um curso ofertado pela Secretaria de Educação, tem mim ajudado muito.

– Azaléia: Nunca fiz. Porém acho importante.

– Margarida: Sim, realizei há cinco (5) anos, porém a realidade teórica é muito diferente da prática. Temos hoje em sala muitos alunos agressivos, desobedientes afirmando que o professor não tem nada haver com a vida dos alunos. Dificultando o processo de ensino. Não estamos sabendo lidar com isso.

Mencionando Rodrigues, (2008, p.11) a formação dos professores com relação à inclusão deveria ser feita contemplando em cada disciplina da formação, conteúdos que pudessem conduzir a uma atuação inclusiva. Porém maior parte dos profissionais afirmam não estarem preparados para essa atuação. Outra condição é que o professor muitas vezes se depara com grandes desafios a serem enfrentados em sala de aula (alunos agressivos, desobedientes), e que necessitam de um respaldo, de um amparo (da coordenação, dos pais) para que venha subsidiar e encorajar sua ação disciplinadora, voltada a um desenvolvimento deste aluno.

Um ponto que se mostrou bastante intrigante a estes profissionais na entrevista foi a importância dada pela família a este aluno. Afirmando que os responsáveis fazem pouco caso

ao seu aprendizado. O que demonstram mais é querer se livrar da criança, afirmou a entrevistada Margarida.

- Margarida: *A ausência dos pais é muito grande. Não comparecem na escola. Repercuti muito no desenvolvimento da criança. A imagem que passam é que querem se ver livre do aluno e que a escola se encarregue de tudo.*
- Azaléia: *A presença dos pais é essencial. A escola sozinha, o professor sozinho não tem como realizar esta ação. A presença dos pais é importante para os alunos, pois com os pais presentes eles se sentem mais importantes, mais dispostos a aprender. Porém isso não acontece, é muito raro.*

Ambos os entrevistados afirmaram que esta ausência por parte dos responsáveis acaba levando um desencanto para com a profissão.

Porém há necessidade de pensarmos quanto à condição de vida (econômica, social) dos pais e como vem se dando sua relação para com os filhos, para que não aja uma prévia culpabilização.

Quanto a disponibilidade de um segundo atendimento – Atendimento Educacional Especializado o Mestre x afirmou a escola não porta, e não tem relações com a APAE. Analisou ser importante essa mediação, afirmando trabalhar com meios básicos.

- Mestre x: *Não temos. É de grande importância ter este atendimento, sabemos a necessidade de profissionais com habilidades adequadas para atendimentos dessas crianças.*
- Mestre x: *Não possuímos projetos adequados, apenas é trabalhado o básico e quando é preciso fazemos alguns encaminhamentos para a psicopedagoga.*

Quanto a presença de outros profissionais (psicopedagogo, assistente social, fonoaudiólogo) na escola o Mestre X ver a necessidade de sua participação, porém relata o descaso por parte dos órgãos competentes em não quererem contratar este profissional, evitando custeios.

- Mestre X: *É essencial a presença destes profissionais na escola, porém o estado não investe, não querem custear com mais um profissional em cada escola.*

Há uma defasagem com a ausência destes profissionais com o papel de cada um, o trabalho de forma interdisciplinar é significativo no processo de engrenagem deste aluno.

Pode-se analisar que os professores e gestor se preocupam com uma educação de qualidade. Com o desenvolvimento deste aluno. Porém ainda se tem desfalque em algumas áreas, quanto a ausência de uma equipe multiprofissional, presença de projetos, infraestrutura adequada, incentivo a participação dos pais.

É importante a união de todos para que esta condição venha ser mudada.

4.3 A importância dos pais, professores e instituição no processo inclusão escolar de pessoas com deficiência.

Para que haja um sucesso no processo de inclusão a instituição, os professores e a família precisam andar em conjunto. A escola deve investir no treinamento e capacitação de seus professores de forma que tal mudança alcance a equipe que a compõe, os educadores se colocarem como um dos principais meios para propagação do ensino e os pais acompanharem e incentivarem a criança no propósito que ele faça e se sinta integrante deste meio.

Luiz, Bortoli, Santos, Nascimento (2008, p.6) citando alguns autores como Holden, Stewart (2002), Buckley, Bird (1998) enfatiza alguns pontos que devem estar elencados na escola para promoção de inclusão.

Para o sucesso da inclusão da criança, é necessário considerar alguns componentes essenciais: ambiente estruturado e adaptado às suas necessidades; abordagem de ensino que facilite seu aprendizado e adaptação curricular, [...] A escola deve investir no treinamento de seus profissionais, [...] escola precisa preparar também os colegas de classe [...] O ambiente escolar deve ser o local propício para todas crianças se desenvolverem social, emocional e academicamente (LUIZ, BORTOLI, SANTOS, NASCIMENTO, 2008, p.6.).

O ambiente escolar é um espaço privilegiado de cidadania e cultura, onde as mais variadas diferenças se encontram. Quando tais diferenças são incentivadas há chances para construção de uma sociedade mais igualitária.

Segundo Castilho (2009, p.6) a escola só será um espaço sociocultural que as diferenças se encontram, e a cidadania é efetivada, quando houver condições para isso. Assim deve-se trabalhar para que haja extinção de preconceitos, discriminação, exclusão de toda forma de intolerância.

A escola que se porta como modelo para inclusão, reconhece como tratar melhor o aluno com deficiência, propondo uma flexibilidade nos currículos, avaliação de acordo com sua especificidade, incentivo do sentimento de compreensão por parte dos colegas, preparando ambos para exercer um papel de cidadão acolhedor na sociedade.

Apesar do crescente debate acerca do acesso das pessoas com deficiência na escola, ainda é possível constatar que ambientes escolares estão em desfalque e são insatisfatórios no

que tange ao processo de ensino-aprendizagem, com defasagem na relação professor-aluno e na produção de conhecimento (BORTOLLI; VOLSI, 2016, p.1).

Alguns professores ainda não assimilam o papel e os benefícios da educação inclusiva, outros não concordam com o fato de alunos com deficiência serem inseridos na sala de aula, junto aos ditos normais, pois acreditam que tal aluno promoverá um retardo no desenvolvimento da turma. Estes docentes alegam a dificuldades para controlar a turma pois, “as crianças não obedecem, não demonstram desejo de aprender, entram em conflito com os colegas e não respeitam o professor” dificultando a produção em sala e provocando um desencanto por parte do educador na efetivação de sua prática.

Mantoan (2006, p. 52) reflete sobre a preparação na formação inicial e em serviço do professor “há uma cisão entre o que os professores aprendem e o que põem em prática nas salas de aula” (MANTOAN, 2006, p.53).

Em serviço, o professor coloca em prática atitudes baseadas nas formas de ensino que foram base de sua formação, quanto melhor for o ensino a ele ofertado, mais diversificado e amplo será sua forma de trabalhar.

A cooperação e atuação do professor em sala de aula é essencial para efetivação da inclusão. Luiz; Bortoli e Nascimento (2008) mencionando Holden e Stewart (2002) afirma que o educador é o principal promotor da interação da criança com outros colegas, do desenvolvimento da vida social e do encorajamento a sua independência.

A ação deste educador, entretanto, precisa ser apoiada por toda comunidade escolar (pais, colegas de trabalho, gestores) pois este educador não trabalha sozinho. Deve-se seguir a regra do caleidoscópio já mencionada aqui, onde para que a inclusão seja efetivada todas as partes devem estar trabalhando juntas.

A políticas de professores bem preparados e uma escola que propague o selo da inclusão o papel dos pais não pode ficar a par desta ação.

Durante as entrevistas realizadas foi mostrada a inconformidade do gestor e professores com a ausência e despreocupação dos pais e responsáveis no comparecimento na escola e no incentivo no ensino do filho.

O papel dos pais e seu bom relacionamento com a escola são agentes promotores da inclusão, pois eles têm experiências e habilidades para ensinar o próprio filho, saber quais os momentos estão dispostos a realizar as atividades e passando confiabilidade para a criança não desanimar neste percurso (LUIZ, SANTOS, BORTOLI E NASCIMENTO 2008, apud BUCKLEY E BIRD 1998).

Em concordância com Roriz, Amorim, Ferreira (2005) os pais tem muito a ensinar os profissionais da escola, pois estão sempre em contato com a criança, com a comunidade conhecendo a cultura a que estão ligados. Alguns destes priorizam a entrada de seu filho numa escola especial, que na escola de ensino regular, temendo sofrerem por uma causa maior, como aceitação por parte dos colegas, receando os professores não prestarem devidas atenções a seu filho, que sejam excluídas, criticadas ou discriminadas.

A condição para participação dos pais na escola está também alicerçada no apoio dispensado da unidade para com o mesmo. Para que isso aconteça de forma eficaz é necessário a existência de atuação multiprofissional elencada por, professores, psicopedagogos, diretor, vice-diretor, assistentes sociais, fonoaudiólogos e outros, possibilitando um desenvolvimento e aniquilando as dificuldades e necessidades dos alunos.

Segundo Bartolli e Volsi (2016, p.4) diante da atual estrutura escolar dos conflitos das questões sociais, psicológicas, das necessidades de cada aluno onde muitos dos casos, o professor a direção não possuem conhecimentos adequados e específicos para aquela determinada condição, é necessário que a escola porte uma equipe multiprofissional composta por profissionais com formação específica para atuar com as diferentes condições que lhe são expostas.

Pais, professores, gestores, equipe multiprofissional formam juntos os principais promotores da inclusão das crianças com deficiência na escola. Independente do tipo de deficiência deve-se permitir a este aluno o acesso e permanência na escola. Há casos em que a dificuldade no ensino-aprendizagem é maior, cabe o gestor ver os principais mediadores para estar colaborando com esta ação e trabalhando para não permitir a evasão do aluno.

4.4 Contribuições do Serviço Social

Os sistemas escolares atualmente têm sofrido cada vez mais com as expressões da questão social. Fenômenos como a violência, abandono familiar, o uso de drogas, relação intrafamiliar conflituosa são alguns dos conflitos que caminham juntos a educação e que necessitam de um olhar diferenciado (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 7).

Na dinâmica da sociedade o profissional de serviço social executa ações que necessitam de uma posição e de uma resposta. Essas atuações podem passar pelo campo da interdisciplinaridade superando conflitos e provendo mudanças.

Schneider, Hernandorena (2012, p. 8) citando Souza (2005) traz a relação da educação com serviço social.

[...] Educação e Serviço Social são áreas afins cada qual com a sua especificidade, que se complementam no buscar por objetivos comuns de projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (SOUZA, 2005, p.39 apud SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 22).

Schneider, Hernandorena (2012, p. 22) citando Santos (2005) faz menção a atuação do serviço social na educação.

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através do trabalho de grupo com pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 8 apud SANTOS, 2005).

O profissional, assistente social tem o papel de articulador, entre família-escola, aluno-escola professor-aluno, escola-família para que esta relação venha acontecer. Este trabalha juntamente com a equipe multidisciplinar que a compõe, como professor, gestor e demais profissionais.

Segundo o Código de Ética de 1993 (p. 23-24) o assistente social tem como princípio de sua prática e busca efetivação de um reconhecimento da liberdade como valor ético central, busca de autonomia, emancipação, defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania considerando-a como tarefa central da sociedade com propósito de garantir direitos civis, sociais e políticos, defesa da democracia, eliminação de todas as formas de preconceito incentivando o respeito à diversidade a participação de grupos socialmente discriminados, a discussão das diferenças e etc.

O assistente social carrega através de sua formação habilidades específicas para trabalhar de acordo com a sua área de atuação, assim lhe é proposto segundo a lei que Regulamenta a Profissão, lei 8.662/93 no artigo quarto (p. 44-45) que versa em seus parágrafos I, II, III e V.

- I - Elaborar, executar, avaliar políticas sociais;
- II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social;
- III - Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos;

V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 1993, P. 44-45).

Este carrega um arsenal de princípios que faz jus o seu fazer profissional a elaboração, coordenação e execução de programas e projetos são umas de suas atuações.

O serviço social dentro do sistema educacional tem o propósito de fortalecer a equipe escolar, através de propostas, ações, auxiliando a escola, os professores e a equipe, para que os direitos dos alunos venham ser efetivados, favorecendo a interação de todos que estejam envolvidos na condição ensino-aprendizagem (ORLANDINI, ORLANDINI, DALLAGO 2015, p. 4).

A atuação deste profissional é enriquecedora, com seu olhar investigativo e utilizando-se dos instrumentais, formado durante o período de academia, do conjunto de conhecimentos, político, teórico, ético que define sua atuação. O profissional não entra em campo com um fazer determinado, é através do seu conhecer, das convivências, do estudo da realidade que o mesmo desenvolve e executa sua ação.

Ele tem na sua atuação um conjunto de fazer diversificado para com a inclusão da pessoa com deficiência na escola. E esta se efetiva na medida em que suas ações estão voltadas para efetivação de direitos sociais, respeito as diferenças, a igualdade de oportunidades o acesso e permanencia à uma escola pública regular de qualidade (GOMES; LIMA, 2017, p.11).

Muniz, Muniz e Viana (2008, p.3) citando Iamamoto (1999) e Barroco (2003) reflete a necessidade de homogeneização dos espaços, no acesso dos bens e serviços por parte de todos os indivíduos, tendo exclusividade a pessoa com deficiência. Para que isso ocorra ainda há a existência de uma grande lacuna. Sendo que o serviço social de forma dinâmica e criativa tem buscado se qualificar para atender de forma a dar respostas para esse grupo.

A atuação deste profissional não pode ser confundida com as ações dos demais profissionais, o trabalho em campo muitas vezes irá ser de condição interdisciplinar, porém cada um deve atuar baseado na especificidade de sua profissão.

Sua ação também se vincula a realizar ações voltadas para atender o indivíduo, de forma a dá respostas a sua principal demanda. Trabalhando no fortalecimento de vínculo da família com a escola, fortalecendo o desenvolvimento deste aluno, e promovendo junto aos professores e equipe a efetivação da inclusão deste discente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre o tema de inclusão escolar em especial as crianças com deficiência na escola é analisar suas implicações, desafios, olhares discriminatórios, estigmas, a vergonha, que as vezes, o aluno com deficiência sente ao acessar a escola. Conta também o desafio de pais, professores e da instituição, onde cada um tem um papel específico.

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular iniciou através das próprias pessoas com deficiência, seus pais, responsáveis, amigos na busca por um reconhecimento e integração social.

Leis foram criadas, destacamos a Lei Brasileira de Inclusão fundada recentemente, ano de 2015, onde apresenta condições para inibição de cobranças por parte das instituições na disponibilização de um ambiente acessível a todos, criação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, defendendo a educação como um direito da pessoa com deficiência e objetivando alcançar o máximo desenvolvimento de talentos, habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais para esses indivíduos.

Para se chegar a conquistas que se têm hoje, pessoas perderam vidas (Roma e Grécia) foram discriminadas, excluídas, mas não se calaram diante de um processo de invisibilidade social.

Há apenas um, ou dois séculos atrás o acesso à escola para pessoas com deficiência era restrito, tortuoso, não universal. Autores mencionados no texto como Araújo (2006) afirma que vários foram os movimentos efetivados para consolidação do acesso da pessoa com deficiência a rede pública do ensino regular.

A escola constitui uma das instituições mais importantes na sociedade, pois é responsável pela formação de cidadãos, do caráter moral e intelectual do indivíduo, dando possibilidades aqueles uma vez discriminados pela sociedade, a chance de mostrar para demais cidadãos sua importância diante a sociedade.

Ainda hoje poucas escolas de ensino público têm uma equipe bem estruturada, infraestrutura adequada para promover um ensino de qualidade ao seu educando. É comum o depoimento de gestores sobre a falta de materiais mais simples, como: piloto, papel, impressoras, cadeiras. No quesito infraestrutura rampas de acesso, banheiros adequados, corrimãos dificultando o acesso do alunos nas instituições.

A educação passou a ser algo sem muito valor, sem investimento.

Relacionada a esta condição, pode-se está, a redução da classe media nestes espaços, favorecendo uma despreocupação por parte do estado em qualifica-la. Assim a escola pública vem perdendo de forma lenta investimentos que reproduzem no seu não crescimento.

Promover a inclusão de pessoas com deficiência na escola de ensino regular não é tarefa fácil. Esta precisa esta formada tecnologicamente, acessivelmente com uma equipe fundamentada para atender as condições socioculturais dos alunos que dela precisar. Agindo como um campo heterogêneo, trabalhando de forma a valorizar as diferenças étnicas, culturais, sociais e políticas.

As escolas sejam de nível fundamental, médio, superior, pública ou privada ainda ocorrem fatores como a discriminação, segregação, exclusão individual ou de grupo. A perspectiva da inclusão repudia tais atos, buscando o acesso de todos independente de condição física, intelectual, cor, religião ou condição econômica. Buscando respeito a diversidade, formação de caráter que o compreenda, abrace e incentive-o.

A atuação do serviço social estabelece uma grande diferenciação neste campo promovendo a cidadania, reconhecimento de direitos, perda de fragilidades, fortalecimento familiar, e etc.

Como relata Schneider e Hernandorena (2012) a educação não visa ser mais um campo de trabalho do assistente social mais é uma bandeira defendida pela categoria por fazer parte das políticas sociais, por formar sujeitos, promovendo sua ascensão, conhecimento político e emancipação.

O serviço social na educação não se compreende em uma atuação específica, restrita, mais atua em conjunto com os demais profissionais vivendo uma interdisciplinaridade.

Tempos se passaram onde a educação era fragmentada, restrita separando indivíduos “normais” dos especiais. Hoje é necessário um novo olhar, um olhar de luta, de força, de efetivação de direitos, de construção de espaços escolares adequados a diversidade que lhe é imposta, para que haja desenvolvimento do aluno, da família, da escola e conseqüente da sociedade. Que o princípio de inclusão da pessoa com deficiência na escola da rede pública de ensino não fique restrito a apenas papéis, mais crie vida e alcance pessoas que vivem e lidam com tal história, trazendo mudanças positivas a estas vidas.

6 REFERÊNCIAS

AMORIM, Ulieri Moraes. **Os desafios da inclusão escolar no ensino regular público de barra do garças algumas considerações.** Disponível em:<<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/os-desafios-inclusao-escolar-no-ensino-regular-publico-barra.htm>>. Acesso dia 17 de outubro de 2019.

ANALISE DOS INDICADORES DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Acompanhamento do desempenho do Estado da Bahia.** 2018.

ARAÚJO, Adiene Silva. **A educação especial e os caminhos da inclusão nas escolas brasileira.** Pernambuco, 2014.

ARAÚJO, Edgilson Tavares de. **Parcerias estado e organizações especializadas: Discursos e práticas em nome da integração/inclusão educacional das pessoas com deficiência.** São Paulo, 2006.

ASSIS, R. A. M. A educação na Bahia: percurso histórico da educação na Região Cacaueira. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 67, p. 218-227, mar. 2016.**

ATIVIDADE LEGISLATIVA. Disponível em:<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.06.2019/art_208_.asp> Acesso 17 de outubro de 2019.

BAHIA. Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia (pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação). Salvador, 2017.

BONI, Valdete; QUARESMA Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho/2005.

BORSA, Juliane Callegaro. **O papel da escola no processo de socialização infantil.** 2007

BORTOLLI, Morgana Clara Rosa; VOLSI, Maria Eunice França. **Equipe multiprofissional no ambiente escolar: perspectivas e contribuições para o desenvolvimento dos alunos.** V.1. 2016.

BRASIL 2002. **LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm> Acessado em outubro de 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso 17 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96.** Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso 14 de outubro de 2019.

CAMARGO, Eder Pires de. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlacs e desenlacs.** Ciência. educação. (Bauru), Bauru , v. 23, n. 1, p. 1-6, Mar. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em novembro de 2019.

CASTILHO, EWV. **O papel da escola para a educação inclusiva.** In LIVIANU, R., coord. **Justiça, cidadania e democracia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, p. 108-119. ISBN 978-85-7982-013-7. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acessado em outubro de 2019.

CASTRO, Heloisa Vitória de. **Educação especial e inclusão de pessoas com deficiência na escola: um olhar histórico – social.** 1986.

Código de Ética do/a Assistente Social. 10ª Ed. Revista e Atualizada. Disponível em:<
http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso 25 de novembro de 2019

CONSTITUIÇÃO Federal. **Constituição Federal 1988 – artigos 205, 206, 208, 212, 214** .Disponível em:<<https://www.sinesp.org.br/index.php/quem-somos/legis/200-educando/material-escolar/2188-constituicao-federal-1988-artigos-205-206-208-212-214>>. Acesso 14 de outubro de 2019.

ENDURECE. **História da associação de pais e amigos dos excepcionais: desafios e perspectivas na educação inclusiva.** 2015 Acessado em outubro de 2019.

FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. **Portaria MEC nº 2678, de 24 de setembro de 2002.** Disponível em:<<https://www.fnde.gov.br/index.php/acao-a-informacao/institucional/legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>> A cesso 15 de outubro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Brasil. 2008.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?** Ijuí-RS. 2012.

GARRIDO, Kelly de Oliveira Mendonça. **O papel do psicopedagogo na inclusão escolar.** Niterói-RJ. 2016.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais.** São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. 1995.

- LIMA, Miriam Torres; GOMES, Anny Kaliny Soares. **A educação inclusiva como objeto de intervenção do assistente social.** 2017.
- LUIZ, Flávia Mendonça Rosa; BORTOLI, Paula Saud; FLORIA-SANTOS, Milena; NASCIMENTO, Lucila Castanheira. **A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades.** Revista. brasileira. educação. especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000300011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em novembro de 2019.
- MACHADO, Noelia da Silva. **Desafios na oferta de serviços socioassistenciais para pessoas com deficiência no Município de Cachoeira-BA.** Cachoeira-BA. 2012.
- MAMNTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar, O que é? Por que? Como fazer?** 2.ed. São Paulo. 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** Ed. Vozes. Petrópolis – RJ.2008.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** Ed. Vozes Ltda.Petropolis-RJ.2008.
- MEC. **Inclusão.** Revista da Educação Especial. V.4, nº2. Junho/Outubro. 2008.
- Ministério da Educação. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão.** Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2005.
- MUNIZ, Sheila Maria; MUNIZ, Rita de Fátima; VIANA, Tania Vicente. **Serviço social e inclusão: a atuação do assistente social junto ao processo de inclusão das crianças com deficiência nas escolas de ensino regular.** ISSN 1986-6576 v.10 n.1, p. 179 – 192– Inhumas/Goiás Brasil. Maio, 2018.
- OLIVEIRA, Cristiano Lessa. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características.** Travessias ed.4. 2009.
- OLIVEIRA, Teresinha; VIANA, Ana Paula dos Santos; BOVETO, Lais; SARACHE, Mariana Vieira. **Escola, conhecimento e formação de pessoas: Considerações históricas.** Vol.6, Núm.2. 2013.
- ORLANDINI, Alessandra de Souza; ORLANDINI, Andressa de Souza; DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. **Serviço social e educação inclusiva na perspectiva da garantia dos direitos.** Unioeste. 2015.
- PME, Plano Municipal de Educação. **Prefeitura Municipal de Cachoeira-BA.** 2015.
- PRADO, João Carlos; TESCAROLO, Ricardo. **A pedagogia encharcada de amor de Paulo Freire na prática docente.** 2007.

- RODRIGUES, David. **Desenvolver a educação inclusiva; Dimensões do desenvolvimento profissional.** Inclusão: Revista. Educação. Especial., Brasília, v. 4, n. 2, p. 7-16, jul./out. 2008.
- RORIZ, Ticiano Melo de Sá; AMORIM, Katia de Souza; FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. **Inclusão social/escolar pessoas de com necessidades especiais: múltiplas perspectivas e controversas práticas e discursivas.** 2005.
- SANTOS, Eunildes Gonçalves; GUSMÃO, Márcia Santos. **A inclusão de pessoas com deficiência nas organizações.** Revista Projeção, Direito e Sociedade | edição normal | vol. 4 | nº 1. 2013.
- SCHNEIDER, Gláucia Martins; HERNANDORENA, Maria do Carmo A. **Serviço Social na Educação; Perspectivas e possibilidades.** Porto Alegre: CMC, 2012.
- SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antônio Batista. **O pensar educação em Paulo Freire: Para uma Pedagogia de mudanças.** 2014.
- SECADI, MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008.
- SILVA, Maria Odete Emygdio da. **Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas.** Disponível em:<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502009000100009> Acessado em 16 de outubro de 2019.
- SILVA, José Pretto da; PANAROTTO, Janice. **A Inclusão no Contexto Atual. XI Simpósio de Excelência Gestão e Tecnologia.** 2014.
- SILVA, Linda Carter Souza da; SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Inclusão escolar e educação em direitos humanos: as concepções de um aluno cego.** Revista Educação Especial. 2017-2018.
- SILVA, Márcia Duarte Da. **Acessibilidade e Inclusão: A eficácia do programa escola acessível em escolas das redes municipal e estadual de Salvador, Bahia, Brasil.** Salvador, 2019.
- SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa.** Revista. Brasileira. Educação. Especial, Brasília, v.23, n.2, p.293-308, Abr.-Jun, 2017.
- TONET, Ivo. **Educação e Formação Humana.** Revista do Centro de Educação e Letras. V.8.Nº9. 2006.